

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR:
dos saberes ancestrais à luta social pela constituição
do corpo emancipado

ARLIENE DA SILVA GURGEL

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR:
dos saberes ancestrais à luta social pela constituição do corpo emancipado**

ARLIENE DA SILVA GURGEL

Sob a Orientação da Professora
Adriana Amaral Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Março de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gs Gurgel, Arliene da Silva, 1991-
Saúde e Educação Popular: dos saberes ancestrais à
luta social pela constituição do corpo emancipado. /
Arliene da Silva Gurgel. - Seropédica, 2023.
67 f.

Orientador: Adriana Amaral Ferreira. Trabalho de
conclusão de curso (Graduação). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Educação Popular. 2. Saúde. 3. Saberes
ancestrais. 4. Crítica do capital. I. Ferreira,
Adriana Amaral, 1980-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Serviço Social III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 1424 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.015840/2023-02

Seropédica-RJ, 17 de março de 2023.

Arliene da Silva Gurgel

**SAÚDE E EDUCAÇÃO POPULAR: DOS SABERES ANCESTRAIS À LUTA
SOCIAL PELA CONSTITUIÇÃO DO CORPO EMANCIPADO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 07 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Adriana Amaral Ferreira
Orientadora - presidenta (DEDH/UFRRJ)

Prof. M.a Luciene Sales Sena
Membro externo (UFBA)

Prof. Dr. Leandro Machado dos Santos
Membro interno (DTPE/UFRRJ)

(Assinado digitalmente em 18/03/2023 20:36)
ADRIANA AMARAL FERREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 1783266

(Assinado digitalmente em 17/03/2023 14:55)
LEANDRO MACHADO DOS SANTOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO - SUBSTITUTO
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 2876923

(Assinado digitalmente em 20/03/2023 19:08)
LUCIENE SALES SENA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 731.888.327-53

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, que foi meu suporte espiritual para chegar até esse momento e a minha mãe, que foi fundamental em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que me concedeu forças para chegar até o final dessa caminhada, que não foi fácil; por ter sido meu incentivo espiritual para nunca desistir dos meus objetivos e, sobretudo, por sempre me mostrar que, apesar de várias palavras contrárias, sou capaz de superar os obstáculos da vida e vencer. E, aqui estou concluindo minha tão sonhada graduação em Serviço Social.

Agraço a minha mãe que, abaixo de Deus, foi minha inspiração de vida, por ter criado, praticamente sozinha, seis filhos e, mesmo sendo analfabeta, sempre nos incentivou a estudar para ser alguém na vida. Ela dizia que, sem estudo, não somos nada e, ficamos sempre dependentes dos outros. Hoje, tendo 31 anos de idade e, sempre aprendi a dar valor o que conquisto com muito esforço.

Nunca pensei que chegaria a me graduar num curso universitário, principalmente numa Universidade Federal. Porém, mesmo diante da distância, morando numa república, me mantive firme e superei cada obstáculo com garra e determinação. Quando pensava em desistir, minha mãe sempre me incentiva e dizia “filha, não desista! Continue! Quem disse que seria fácil?”. E com essas palavras, prossegui.

Agradeço, também, a todos os amigos que fizeram parte dessa história, dessa vitória. Amigos que sempre me apoiaram e, assim como minha mãe, sempre me incentivou a nunca desistir. Amigos como Ellen, que foi a primeira amiga que conquistei na universidade, companheira de dupla de trabalhos que, diante de alguns desabafos, sempre foi sábia em me aconselhar; Madalena e Ingrid, que também tiveram grande participação em minha vida acadêmica.

Mais, uma vez, volto a agradecer a Deus por ter me dado essa oportunidade de cursar uma graduação e por ter estado comigo em todos os momentos inclusive nos dias mais difíceis. O senhor que, sempre com as mãos estendidas ouvia meu clamor. Quando estive com o coração triste, o senhor me deu uma palavra em Jeremias 33.3 que diz: “Clama a mim, e responder-te-ei e anunciar-te-ei coisas grandes e firmes, que não sabes.”.

Não posso deixar de agradecer minha prima Suenya que, independentemente dos nossos desentendimentos, me ajudou quando mais precisei; meu irmão Wallace que, me ajudou nos momentos difíceis; minha prima Katia e meu namorado Alex, que também foram importantes nesta conquista. A todos, muito obrigado pelo apoio e companheirismo.

Também agradeço a todos os professores da Universidade Federal Rural, que nos

transmitiram conhecimentos que, certamente, vamos levar pelo resto de nossas vidas e, principalmente por ter nos aturado durante toda a graduação, em particular as professoras Simone e Joyce que me dava carona as vezes e a professora Adriana, minha orientadora, por fazer parte dessa jornada e por me aturar durante toda a orientação.

Não posso esquecer de minhas clientes que, mesmo não tendo tempo de atendê-las no meio da semana, eram pacientes e esperavam para ser atendidas nos finais de semanas e algumas foram fiéis por gostarem do meu trabalho e compreendiam minha situação em que precisava conciliar meu tempo entre o estudo e meu trabalho. Gratos a todas pela compreensão!

A ética é a inteligência compartilhada a serviço do
aperfeiçoamento da convivência.
Clóvis de Barros Filho

RESUMO

Esta monografia apresenta como principal objetivo analisar a importância da Educação Popular e saúde como forma de construção da consciência crítica do indivíduo em relação à realidade em que está envolvido. O tema se tornou relevante devido à necessidade de abordar a sabedoria popular sobre a medicina e a valorização das culturas tradicionais brasileiras, sua forma de viver, de defender o território, os elementos naturais e de tratar o adoecimento do ser. Para apresentação das reflexões foi utilizada como metodologia a Revisão da Literatura, de cunho descritivo e qualitativo, que contou com a seleção de textos elaborados por autores renomados como Kopenawa e Albert (2015), Brandão (2018), Foucault (2014), Garcia e Valla (2000), incluir Paulo Freire e Marx, dentre outros. Os resultados demonstraram que a Educação Popular é essencial para que se compreenda o desenvolvimento de uma aprendizagem libertadora que considere a unidade dialética entre a vivência da população e seu conhecimento sobre como tratar o corpo adoecido. Salientou-se, também, que para a transformação das políticas públicas sociais é necessário que se conheça as reais necessidades da população, considerando a sua experiência e o reconhecimento das medicinas populares associada ao que há de melhor nos saberes populares produzidos pelas diversas culturas e suas regionalidades, incluindo a medicina moderna. Conclui-se, contudo, que o corpo saudável forma-se culturalmente, quando afetado por experiências livres e conscientes, em resistência e criatividade. Nesse sentido, saúde é corpo livre, afetado pela práxis revolucionária.

Palavras-chaves: Educação Popular; Saúde; Saberes ancestrais; crítica do capital

ABSTRACT

The main objective of this monograph is to analyze the importance of Popular Education and health as a way of building the critical awareness of the individual in relation to the reality in which he is involved. The theme becomes relevant due to the need to address popular wisdom about medicine and the appreciation of traditional Brazilian cultures, their way of living, defending the territory, the natural elements and treating the illness of the body. To present the reflections, the Literature Review was used as a methodology, with a descriptive and qualitative nature, which included the selection of texts prepared by renowned authors such as Kopenawa and Albert (2015), Brandão (2018), Foucault (2014), Garcia and Valla (2000), include Paulo Freire and Marx. among others. The results showed that Popular Education is essential for understanding the development of liberating learning that considers the dialectical unity between the population's experience and its knowledge about how to treat the sick body. It was also emphasized that, for the transformation of social public policies, it is necessary to know the real needs of the population, considering their experience and the recognition of popular medicines associated with the best in popular knowledge produced by the different cultures and their regionalities, including modern medicine. It is concluded, however, that the healthy body is culturally formed, when affected by free and conscious experiences, in resistance and creativity. In this sense, health is a free body, affected by revolutionary praxis.

Keywords: Popular Education; Health; ancestral knowledge; critique of capital

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ACG- Agentes Comunitários de Saúde

CEDAE- Companhia Estadual de águas e Esgotos

CUT- Central única dos Trabalhadores

FUNAI- Fundao Nacional do ndio

PSF- Programa Saúde da Família

SUS- Sistema nico de Saúde

UTI- Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SAÚDE E SABERES ANCESTRAIS	15
2.1	MEMÓRIA E TRANSMISSÃO NA CULTURA INDÍGENA	15
2.2	ANCESTRALIDADE INDÍGENA E SABEDORIA POPULAR	17
2.3	A ANCESTRALIDADE INDÍGENA E A MEDICINA DA FLORESTA	21
2.4	A DESTRUIÇÃO DAS TRADIÇÕES ANCESTRAIS LIBERTÁRIAS E O ADOECIMENTO DO CORPO COLONIZADO	27
3	DOENÇA, ALIENAÇÃO E CAPITALISMO	33
3.1	ALIENAÇÃO E ADOECIMENTO	33
3.2	CRÍTICA DO CONCEITO DE SAÚDE E DOENÇA	43
4	VIDA ALIENADA E RESISTÊNCIA POPULAR NA PERIFERIA DO CAPITALISMO	48
4.1	FORMAS ANCESTRAIS DE CUIDADO COM O CORPO E EDUCAÇÃO POPULAR	48
4.2	REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA SAÚDE E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO POPULAR	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade foi marcada por acontecimentos que revolucionaram sua forma de pensar e agir. Um desses acontecimentos é o desenvolvimento dos sons, das palavras, que possibilitaram a interação entre os indivíduos e o desenvolvimento da cultura, do modo de pensar e de agir de uma forma geral diante de tudo que os cercam, como o território, por exemplo.

Nesse sentido, o desenvolvimento da educação popular e das formas de cuidado com a saúde também foram importantes para a preservação da vida. Ou seja, o ser humano analisa o papel do saber sobre vários aspectos, como a saúde, do corpo adoecido, das medidas terapêuticas que podem contribuir para o seu cuidado.

No Brasil, a população camponesa, dentre indígenas, quilombolas e Sem Terra, buscam nas tradições ancestrais a compreensão quanto aos cuidados com o corpo, ao tratamento de doenças e de como lutar por seus direitos perante as políticas públicas brasileiras. A educação, para eles, deve ser realizada tendo a liberdade, como forma de aproximação do conhecimento sobre os acontecimentos, principalmente os relacionados à saúde, pois educação popular apresenta como principal característica ser desenvolvida através do saber popular, da relação com a terra, da comunicação comunitária como forma de cuidado da saúde e preservação da vida.

De certa forma, a educação em saúde como processo político-pedagógico requer o desenvolvimento da prática crítico-reflexivo, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras que levem o indivíduo à sua autonomia e emancipação como sujeito social e histórico, capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade.

O estudo em questão traz elaborações sobre a “Educação Popular e a Saúde” uma vez que estão relacionadas à busca da sociedade pela superação das desigualdades sociais e de todas as formas de discriminação e violência, opressão, alienação, construindo, assim, suas marcas através da busca pelo “fazer com” para a construção de sua história.

Quando se pensa em saúde, se reflete sobre a necessidade de avaliação, não só da patologia em si, como também da situação em que a população se encontra dentro de um determinado contexto. Neste sentido, um dos pontos que justifica a escolha do tema em questão são as frequentes desigualdades enfrentadas por alguns grupos sociais com relação ao estabelecimento mínimo de uma estrutura física que atenda às suas reais necessidades. Dentre

esses grupos, estão os povos originários, como a etnia yanomami.

Em janeiro de 2023, várias notícias nacionais sobre a situação dos yanomamis foram publicadas. Dentre as informações, destacam-se: o massacre dos yanomamis devido à violência; a demarcação de terras pelos fazendeiros como forma de expressão de desrespeito para com eles; as atividades dos garimpos, que causam destruição ao meio ambiente e sua cultura, além da falta de recursos para tratar os doentes.

Em tempos de barbárie, os yanomamis, que vivem nas florestas e montanhas brasileiras, situadas na fronteira com a Venezuela, do norte do estado de Roraima até o Rio Negro, no Estado do Amazonas, formando uma população de cerca de 40 mil, sendo 28 mil no Brasil e 12 mil na Venezuela. Ao longo de sua história, sobretudo a partir dos anos 1960, têm sofrido com a destruição do meio ambiente provocada pelas catástrofes provindas das atividades do capitalismo que prioriza a produtividade, o acúmulo de capital, sem respeitar a vida dos nativos, sua cultura, sua forma de lidar com os elementos naturais, do cuidado com a terra, extensão de seus corpos, territorialidades.¹

Diante de todo esse longo processo de destruição ambiental e extermínio, a principal relevância desse estudo está na necessidade de abordar a sabedoria popular sobre a medicina, reconhecendo os saberes, em sua forma de viver, de defender o território, de valorizar os elementos florestais, de tirar destes o tratamento das doenças e de encarar a espiritualidade, enquanto laço orgânico com a terra, como um dos fatores determinantes na preservação da vida.

Apresenta-se como principal objetivo o estudo da relação entre educação popular e saúde, procurando uma aproximação das tradições ancestrais que resistem na cultura de povos étnico-brasileiros para se fazer a crítica dos principais fatores que contribuem para o adoecimento do corpo, sobretudo pelo processo de alienação aprofundado na periferia do capitalismo. Na busca de referências práticas de resistência, para além da medicina moderna e das políticas institucionais de saúde, buscou-se reflexões sobre a história dos movimentos

¹ “O número de mortes por desnutrição de indígenas da etnia yanomami aumentou 331% nos quatro anos do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em comparação com os quatro anos anteriores. [...] Entre 2019 e 2022, 177 indígenas do povo yanomami morreram por algum tipo de desnutrição, segundo os dados do Ministério da Saúde. Nos quatro anos anteriores, foram 41 mortes. O crescimento pode ser ainda maior, porque os dados referentes a 2022 ainda estão sendo contabilizados. [...]” As mortes por desnutrição acontecem ao mesmo tempo em que foi registrado um crescimento no desmatamento da terra indígena, dado o avanço da presença ilegal dos garimpeiros. “Os yanomami vivem, basicamente, da caça e da pesca. Os garimpos causam desmatamento e destroem os cursos d’água. Dessa forma, a caça fica mais escassa porque os animais fogem e os rios ficam poluídos, especialmente pelo uso do mercúrio durante o processo de extração de ouro”. “A desnutrição que a gente observa entre eles é pela escassez de alimento. Os indígenas precisam passar muito mais tempo na mata atrás da caça e ela não vem na mesma quantidade que vinha antes. Isso afeta toda a comunidade.” (“Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%”, reportagem da BBC, em 17 de fevereiro de 2023, disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>>, acesso em 22 de fev. 2023)

sociais de saúde nas práticas de educação popular.

Para tanto, foi utilizado como metodologia a Revisão da Literatura, de cunho descritivo, qualitativo e reflexivo, que contou com a referência de Kopenawa e Albert, Marx, Freire, Brandão, Foucault, Garcia e Valla, dentre outros. Para melhor compreensão sobre o tema em questão, o estudo foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo traz reflexões sobre a saúde e os saberes ancestrais, compreendendo os processos de transmissão da medicina da floresta pela tradição oral e os rituais de cura na cultura yanomami. No segundo capítulo, procura-se fazer elaborações críticas sobre o conceito de saúde e doença, em uma sociedade globalmente dominada pelo capitalismo em ruínas, considerando os efeitos nefastos da barbárie na periferia, que é o caso brasileiro. O terceiro capítulo procura abordar aspectos históricos dos movimentos sociais de saúde e as experiências de educação popular, com base em Paulo Freire e Vitor Valla, que mudaram a percepção da sociedade sobre o desenvolvimento de uma educação para além dos muros institucionais.

2 SAÚDE E SABERES ANCESTRAIS

A ancestralidade é um termo utilizado para designar ensinamentos, crenças, culturas de um determinado povo passado pelos seus ancestrais. Em outras palavras, são todas as informações que são passadas de pai para filho através do tempo, apresentando como principal finalidade, transmitir a cultura de um determinado povo.

Krenak (2020)² afirma que todos os seres humanos têm memória ancestral que carregam consigo e que os configuram como tais, antes mesmo de se tornarem seres humanos. A ancestralidade faz parte da vida antes mesmo de nascerem, por serem passados de pai para filho. Os indígenas, que habitaram em terras brasileiras mesmo antes de seu descobrimento, apresentam diferentes narrativas sobre a transformação da terra e das memórias.

Nesse sentido, a informação deste capítulo tende a abordar as memórias dos ancestrais indígenas relacionadas ao saber dos yanomamis através dos tempos e como a questão da saúde era vista nesta perspectiva.

2.1 MEMÓRIA E TRANSMISSÃO NA CULTURA INDÍGENA

Uma das bases das memórias da ancestralidade indígena são as palavras e seus significados. Segundo Kopenawa e Albert (2015)³, o conhecimento das palavras do povo *Yanomami* era extremamente importante para se transmitir sua cultura para as gerações futuras, a fim de expandir o conhecimento sobre seu saber, seus ensinamentos, sua forma de contemplar os elementos das florestas.

Os brancos que, segundo o autor, eram chamados pelos indígenas de “*napê*” precisavam compreender as palavras para que sua cultura fosse estendida para outros povos. “Antigamente, nossos maiores não contavam nenhuma dessas coisas, porque sabiam que os brancos não entendiam sua língua. Por isso, nenhuma fala será algo novo para aqueles que a quiserem escutar.” (KOPENAWA, 2010, p. 64). Entende-se que os ancestrais não conseguiam passar conhecimento sobre sua cultura aos brancos do passado devido à incompreensão do idioma, o que na atualidade se tornou possível.

A necessidade de transmissão das palavras indígenas vai além dos horizontes, para que todo o ensinamento e crença deste povo não sejam esquecidos. Não basta apenas ouvi-las como

2 KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**: Máquina de fazer coisas. Companhia das Letras, 2020. Texto elaborado a partir de live de Ailton Krenak e Leandro Demori para The Intercept Brasil, 8 abr. 2020

3 KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Amazônia**. Companhia das Letras, 2015, p. 63-131

também desenhá-las para que os brancos possam ampliar seu conhecimento sobre a cultura indígena, para que assim se conheça suas crenças, sua forma de ver as florestas e os elementos que a compõe, como o vento, o ar, as árvores, dentre outros.

Assim como os indígenas, os brancos também envelhecem e se tornam experientes em decorrência da idade. Da mesma forma, transmitem para seus filhos todos os conhecimentos adquiridos ao longo de uma vida. Para este fim são utilizadas palavras, que exercem grande importância na transmissão do saber de seu povo, dos ensinamentos que receberam de seus ancestrais, sendo transmitidos para a geração futura.

Diante desse contexto, destaca-se que a forma utilizada pelos indígenas para transmissão de conhecimento era a oralidade. No entanto, para que as palavras ditas não ficassem no esquecimento, tornava-se necessário desenhá-las, para servir de prova para as gerações futuras. Ou seja, a ancestralidade se baseia na transmissão de conhecimento através de palavras que precisam ser compreendidas e valorizadas.

Os brancos, para os autores, não pensavam no futuro e sim com o que acontecem no presente. É por este motivo que as palavras indígenas precisavam ser transmitidas e desenhadas para que assim refletissem sobre as mesmas. Dessa forma, haveria compreensão sobre seus reais significados de forma clara e objetiva.

Outra influência das palavras na cultura indígena foi com relação aos nomes dados às crianças, que exerciam grande importância na transmissão da cultura de um povo e do saber popular do mesmo. Os índios, segundo Kopenawa e Albert (2015), não costumavam colocar nomes em seus filhos, como os brancos e sim apelidos dados por membros da família. Esses apelidos eram atribuídos às crianças devido à apresentação de características que o melhor representasse. Caso não se adequasse, era rejeitado.

No entanto, quando crescem recebem um nome associado ao apelido que tinham quando crianças. Em outras palavras, os nomes eram associados ao comportamento deste durante sua infância, como por exemplo, quando se planta uma árvore por acaso no fundo de um quintal, quando se encontrou a maior parte do tempo enferma, recebendo por este motivo, o nome de “*Rããse*”.

As palavras na cultura indígena *yanomani*, não eram só ouvidas ou desenhadas, como também expressavam uma história, um comportamento, uma característica individual do índio desde a sua infância. Uma dessas palavras era a agressividade dos seres, a guerra, que na cultura indígena foi atribuída a *Arawê*, um espírito de guerra que atacava as casas com agressividade. Surgiram, então, os guerreiros, pessoas que lutaram para derrotar, por diversas vezes, o espírito de *Arawê*, que foi usado, inclusive, como justificativa para o comportamento agressivo de

alguns animais, como as vespas e as formigas, por exemplo, que teriam sido contaminadas com o sangue escorrido de seu corpo. Ou seja, seu sangue maléfico teria contaminado esses seres.

As palavras indígenas foram dadas pelos seus antepassados, o que os possibilitou nomear elementos como: mandioca, bananas, cana-de-açúcar, dentre outros. Ou seja, as palavras eram desenhadas de acordo com os pensamentos dos ancestrais indígenas, o que faz com que as mesmas sejam valorizadas e transmitidas, tanto para os brancos quanto para as gerações futuras.

2.2 ANCESTRALIDADE INDÍGENA E SABEDORIA POPULAR

A preservação da ancestralidade indígena requer a transmissão do conhecimento tradicional da floresta, das montanhas, dos rituais, dialetos e cuidados de seu povo a outros povos. Um de seus ensinamentos dizia que, *Omama*, deus da floresta, teria criado todas as coisas que há nesse mundo, como: o sol, a água, os seres vivos, o vento, dentre outros.

Omama também incentivou os antepassados a manterem sua cultura, devendo viver nas florestas, comer o fruto das árvores, caçar animais, plantar cana-de-açúcar e mandioca, fazer festas com rituais indígenas e alimentar seus convidados até se saciarem. Esses atos são tradicionais dentro desta cultura e deveriam ser passados de geração a geração, como forma de manter viva sua cultura.

Segundo os autores, os Xamãs exerciam grande influência na vida daqueles que são escolhidos para a sucessão de posições que deveriam ser ocupadas por aqueles que teriam morrido para proteger as florestas dos brancos, que se aproximavam para destruírem. Para tanto, era necessário que os espíritos dos seus antepassados lutassem ao seu lado nestes momentos.

Na tradição indígena, quando um índio morre, se transforma em espírito de um animal que passa a habitar a floresta para proteger as terras dos brancos. Esta cultura está ligada aos antepassados que deixaram esse ensinamento para que os mais novos lutassem bravamente em defesa da terra, das nascentes dos rios e do seu modo de vida.

Em outras palavras, *Omama*, teria recriado a floresta, que recebeu o nome de *Hutukara*, já que o que havia nela era considerada frágil. “Virava outra sem parar, até que, finalmente, o céu desabou sobre ela. Seus habitantes foram arremessados para debaixo da terra e se tornaram vorazes ancestrais de dentes afiados a quem chamamos *aōpatari*.” (KOPENAWA, 2015, p. 81). Eis como os ancestrais do povo *Yanomami* foram criados e como usavam sua sabedoria, para conhecer os elementos das florestas criados a partir de então.

-*Omama*, então, criou as florestas e todos os elementos que nela há, as árvores, as flores, as nascentes dos rios e os animais, bem como todas as sementes e frutos que serviram de alimentos para os índios. Também criou os rios e mares para possibilitar a sobrevivência dos seres vivos que habitavam a terra. Outra memória ancestral yanomami é a relação com os xamãs, capazes de conhecerem os *xapiri*, espíritos das florestas, responsáveis pela manutenção do equilíbrio entre a morte e a vida, entre a imortalidade e a fragilidade humana, diante das fumaças que os garimpeiros emitiam e causavam enfermidades nos humanos.

Os ancestrais indígenas explicavam que os *xapiri* foram seres que se assemelhavam aos humanos, porém minúsculos, com cabelos cobertos de penugem branca e uma faixa de rabo de macaco *cuxiú*-negro amarrada ao redor da testa que aparecia às crianças que se tornariam, futuramente, xamãs. Somente aquelas que choravam e gritavam durante a noite recebiam os espíritos. Essas crianças, quando recebiam os *xapiri*, eram levadas para vários lugares da floresta. Em um dos trechos, Kopenawa relata que em um dos seus sonhos foi levado a um rio onde havia mulheres das águas chamadas de *mãuyoma*, filhas de *Teperesiki*, sogro de *Omama*. A casa, que pertenciam aos espíritos dos animais marinhos, como os peixes, jacarés, dentre outros, eram secas, apesar de serem no interior do rio.

Os sonhos dos *yanomamis*, quando criança, eram sinais claros de que os espíritos *xapiris* estavam de olho nele para que futuramente, pudesse se tornar xamã, o que só acontecia na fase adulta quando bebiam o pó da *yãkoana*, passando, a partir de então, a ver e contemplar a dança dos espíritos da floresta, tanto os bons quanto os maléficos.

Para se tornar xamã, o indígena tinha que se abster das coisas que pudessem afastar os espíritos, como mulheres, ensinamentos dos brancos, dentre outros. Em uma de suas passagens, Kopenawa afirma que, assim como ele, seu filho também recebia a visita dos espíritos durante seu sonho. Porém, quando adulto, se tornou professor e se afastou da floresta e dos ensinamentos de seus ancestrais.

Uma das atividades dos indígenas, era a caça e a pesca. Durante os rituais realizados pelos xamãs para afastar os espíritos maus, as crianças recebiam enfeites que atraíam os animais e facilitavam sua caça. Dessa forma, o povo não padeceria de fome. Esses enfeites também eram utilizados para agradar os espíritos *xapiris*, que apareciam nos sonhos das crianças. A ancestralidade também é explicada sob a lógica dos animais. Neste contexto, os *xapiri* são definidos como imagens dos ancestrais animais *yarori* que se transformavam conforme o tempo e dançavam de acordo com o chamado dos antigos xamãs, que passou a fazer parte da tradição do povo *Yanomami*, sendo seguida até dos dias atuais.

Os brancos não podiam ver os espíritos. O que eles viam era apenas o indígena cantando sozinho e os questionavam onde estariam os espíritos. Esse comportamento era interpretado pelo povo como ignorância por ter um pensamento fechado sobre o mundo dos espíritos, que somente os xamãs poderiam ver. Na cultura indígena, os ancestrais explicavam que os cantos dos espíritos *xapiris* provinham das árvores antigas das florestas, desde os primeiros tempos, sendo delas as palavras utilizadas na cerimônia. Os xamãs eram considerados os pais dos espíritos e não cantam sem significado. Eles reproduzem o canto desses espíritos.

Assim, embora as imagens dos ancestrais sejam de fato muito numerosas na floresta, não são as únicas que vivem nela. Ou seja, os xamãs fazem descer espíritos relacionados às árvores, como folhas, cipós, terra, pedras, águias das corredeiras, do vento ou da chuva. Também são capazes de fazer descer a imagem dos espíritos que podem devorar a carne humana, bem como outros que podem fazer a mulher abortar e os que atacam os seres humanos na beira dos rios, se afogarem.

Nos ensinamentos da cultura, os *yanomamis* transmite aos seus descendentes que nem todos os espíritos *xapiris* são das florestas. Alguns são imagens de seres que moram além do céu, como o espírito do gavião, *koimari*, do sol, dentre outros. Dessa forma, os indígenas, dentro de sua cultura, enfatizavam o poder desses espíritos, que só podiam ser vistos pelos *xamãs*, pessoas que eram escolhidas desde criança para recebê-los e juntos, trabalhar em prol da humanidade, inclusive dos brancos que, mesmo se infiltrando nas florestas para destruí-la, também deveriam ser protegidos dos espíritos maus.

No entanto, os brancos interferiram na cultura indígena e muitas crianças que recebiam os espíritos e sonhavam não se tornaram, quando adultos, xamãs, o que interfere diretamente nos ensinamentos ancestrais deste povo e na propagação de sua cultura através dos horizontes conforme descreveu Kopenawa e Albert (2015), no início em que as palavras não deviam ser apenas ouvidas como também guardadas e compreendidas.

Os ancestrais *Yanomamis* valorizavam muito a dança como forma de liberar o corpo em transe e se conectar diretamente com os espíritos *xapiris*. Para tanto, convidavam várias pessoas para a festa, se enfeitavam e havia abundância de alimentos. Essa tradição é passada de geração a geração como forma de festejar e de dançar, de se relacionar com os seus.

Os *xapiri*, dentro da cultura indígena, foram considerados os ancestrais animais *yarori* que se transformaram ao longo do tempo, vindo primeiramente quando as florestas ainda muito jovens. “Os nossos antigos xamãs os faziam dançar desde sempre e, como eles, nós continuamos até hoje.” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 111).

Os espíritos *xapiris*, para aceitarem o indígena como xamã, apresentavam certas restrições que teriam que ser seguidas. Primeiramente, eles não aceitavam que os escolhidos coabitassem com mulheres, justamente por não suportarem o cheiro da heresia. Segundo o escolhido tinha que ser um bom caçador, uma vez que recebiam dos *xapiris* de animais, vários enfeites que atraía a caça; e terceiro, não se deixar contaminar pela cultura dos brancos.

No livro, Kopenawa relata que dois de seus filhos recebiam a visita dos espíritos na infância crianças. Porém, quando adultos, não se tornaram xamãs, devido ao afastamento dos espíritos *xapiris*, pois um havia se casado e o outro se tornado professor, o que demonstra que não se isolaram da cultura dos brancos e por este motivo não podiam recebê-los.

Dentro da cultura *Yanomami*, os espíritos se deslocavam por toda a floresta e se comportavam como os humanos, mas em ambientes considerados puros, sem lama, sem poluição. Mesmo envelhecendo, os *xapiris* eram imortais e, por também terem filhos, cresciam incessantemente pelas florestas. Os que dançavam para os xamãs representavam uma pequena parte.

Para que os xamãs chamassem os espíritos, era preciso beber o pó de *yãkoana* durante muito tempo, para abrir caminho para os futuros xamãs. Cada animal da floresta possui uma imagem *utupê* e são essas imagens que os xamãs chamam para descer, pois se transformam em espíritos *xapiri* e dançam para eles.

Os indígenas valorizavam a educação de seus antepassados, ou seja, os ensinamentos que os mais velhos passavam através da oralidade, ensinando aos mais novos a importância de se preservar sua cultura e a floresta, que guardava todos os espíritos *xapiris* que representavam seus ancestrais. Esse ensinamento deveria se expandir para outros povos para que sua cultura fosse conhecida e valorizada.

Transformar-se em xamã não se restringia apenas aos homens. Mulheres também podiam se tornar um. No entanto, quando elas entram na puberdade, se não manifestarem medo, os *xapiris* manteriam sua vontade de dançar para elas. Em outras palavras, precisam responder aos seus encantos sem o sentimento de medo, caso contrário, se afastariam.

Mesmo as imagens dos ancestrais animais sendo numerosas, não eram os únicos que viviam na floresta. Ou seja, os xamãs podiam fazer descer todas as imagens dos outros habitantes da floresta, como árvores, folhas, vento ou chuva, bem como os seres considerados maléficos que podiam devorar a carne humana. Todos os fenômenos que ocorriam na natureza também foram atribuídos aos *xapiris*. Por exemplo, o espírito do vendaval, chamando pelos *yanomamis* de *yariporari*, que agitavam as folhas das palmeiras através de sua dança, do seu sopro poderoso.

2.3 A ANCESTRALIDADE INDÍGENA E A MEDICINA DA FLORESTA

A saúde, na cultura do povo *Yanomami*, está profundamente arraigada nos rituais de iniciação, que celebram fases de passagem, e nos rituais de cura, ritos que tecem os laços sociais no território pela transmissão das tradições. Ou seja, havia um deus que representava a saúde, a imortalidade dos seres e outro, que era irmão e representava a doença e a morte. Os ancestrais deste povo atribuíram ao primeiro, o deus *Omama* e ao segundo, *Yoasi*, que cheios de pensamentos maus criou os seres maléfic⁴ que seriam responsáveis pelas doenças, sendo responsáveis pela epidemia de *xawara*⁵. Esses seres foram criados contra a vontade de *Omama*.

Os seres maléfic⁴, dentro da cultura indígena, eram aqueles que tornavam os corpos humanos frágeis, estando, por este motivo, sujeito à morte, principalmente diante dos brancos que, por causa de suas ações, também traziam carnificina. Essas ações também estavam associadas aos rastros de *Yoasi*, que ia contra os princípios determinados por *Omama*.

O *xapiri*, neste contexto, foi criado por *Omama* para vingar as doenças e proteger o povo da morte. Os espíritos das florestas *urihinari*, os espíritos das águas *mãu unari* e os espíritos animais *yarori* foram criados como forma de garantir que os espíritos da morte pusessem fim à vida dos índios, ameaçados pelas doenças.

Outro fato descrito por Kopenawa e Albert (2010) são os chás, que exercem grande importância na cultura *Yanomami*. Havia a crença de que para se tornar espírito, precisava tomar um chá feito do pó de uma árvore chamada *yãkoana* para que os espíritos ancestrais descessem e o aceitassem para proteger o povo dos espíritos da morte. Neste ritual, o filho de *Omama* foi o primeiro *xapiri* das florestas. Desde então, os índios adotaram o hábito de tomar esse chá para fazer os *xapiri* dançar.

Havia, por parte dos indígenas, a preocupação com a contemplação das danças de apresentação dos espíritos. Neste sentido, os *xapiris* tinham um olhar fixado no filho do *Omama* desde que era um bebê, justamente por conseguir assumir o estado de fantasma e contemplar tal feito, adquirindo respeito do pai e dos espíritos.

O filho de *Omama* se tornou o primeiro xamã, responsável por curar as pessoas doentes através de rituais indígenas.

Assim, quando seus filhos adoecerem, você seguirá o caminho dos seres maléfic⁴ que roubaram suas imagens para combatê-los e trazê-los de volta! Você também fará

4 Esses seres eram chamados de *ne-wãri* que são comedores de carne.

5 O termo foi utilizado para designar a “epidemia-fumaça” libertada do fundo da terra pelos homens brancos que destroem a floresta para extrair dela seus minérios.

descer o espírito japim *ayokara*⁶ para regurgitar os objetos daninhos que você terá arrancado de dentro dos doentes. Assim, você poderá realmente curar os humanos (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 85).

Percebe-se que o autor descreve a importância dos xamãs para a cultura do povo *Yanomami* com relação à cura das doenças dos homens que os aproximavam da morte devido ao trabalho dos espíritos maléficos que ceifavam a vida dos humanos. Sua responsabilidade estava diretamente relacionada com a conexão com os espíritos que levavam para longe, trazendo a vida de volta.

Para que o índio se tornasse xamã era necessário ganhar a confiança dos espíritos para lutarem ao seu lado diante do combate das doenças que faziam com que os seres humanos, de maneira geral, se aproximassem da morte, como ocorreu com a esposa de *Omama*. Um dos procedimentos utilizados pelos xamãs para evitar que as crianças adoecessem era afastá-las dos predadores com o auxílio dos espíritos de animais, como antas e morcegos. Dessa forma, mesmo que os espíritos maléficos as procurassem, não conseguiriam encontrá-las. Foi assim que Davi Kopenawa deixou de ficar doente com tanta frequência.

O xamã mais velho, quando conseguia tirar dos corpos das crianças as doenças, colocavam enfeites como forma de mantê-las afastadas dos espíritos maléficos. Esses enfeites não eram visíveis aos olhos dos brancos e protegiam as crianças das doenças. Quando se fala em saúde, se fala também dos sintomas que alguma doença pode provocar e uma delas é a febre, atribuída, segundo a cultura *yanomami*, ao espírito sol *Mot okari*. Quando as crianças indígenas apresentavam esse sintoma, o xamã sabia que esse espírito era o responsável pelo adoecimento.

De maneira geral, a percepção dos *yanomamis* sobre os problemas ligados à saúde estaria relacionada aos espíritos maléficos que deveriam ser eliminados dos corpos humanos através de rituais dos *xamãs*, responsável pela cura dos enfermos, principalmente das crianças que seriam escolhidas para se tornarem xamãs.

A doença, de acordo com a cultura *yanomani*, estava relacionada aos espíritos *xapiris* maléficos, que foram criados pelo irmão de *Omama* para ceifar a vida dos humanos e por este motivo, havia a necessidade de preservar todos os elementos da floresta, como forma de manter suas vidas. No entanto, os brancos, diante do progresso, dificultaram esse ideal, poluindo as florestas com a fumaça das queimadas, o que contribuía para epidemias.

Enquanto seu território é preservado, os *yanomamis* tinham uma alimentação saudável, pois vivia da caça, alimento fornecido pela floresta; da pesca, alimento fornecido pelos lagos e

⁶ “Diz-se que os maiores xamãs *yanomami* são capazes de expectorar (kahiki hou, ‘cuspir, regurgitar, devolver pela boca’) os objetos patogênicos que afetam a imagem corpórea/essência vital (utupë) ou o duplo animal (rixi) dos doentes. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 615)

rios; frutas encontradas nas árvores frutíferas; ervas encontradas também nas florestas e chás, utilizados em rituais para chamamento dos espíritos *xapiris*. Essa forma de se alimentar contribuía significativamente para a saúde do povo indígena.

Kopenawa narra como os seus ancestrais teriam vivido antes da vinda dos brancos e sua “fumaça de epidemia”. A relação com a terra, bem como com seu povo era produzida de forma harmônica, a base de uma amizade e os únicos conflitos existentes era se defender dos inimigos. Ou seja, não havia guerra entre os seus. No entanto, com a chegada dos brancos ao seu território, tudo foi modificado, inclusive sua resistência às doenças, pois, por mais que sua alimentação fosse saudável, sua resistência era frágil.

Os índios sempre viveram na floresta e dela tiravam tudo o que precisavam para se alimentar e para curar as doenças. Por esse motivo, a valorizavam acima de tudo e não consideravam correto que os brancos se intrometessem em sua cultura, de querer torná-los como eles. Para Kopenawa:

Hoje, os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos. Eu aprendi a conhecer seus costumes desde a minha infância e falo pouco sua língua. Mas não quero de modo algum ser um deles. Ao meu ver, só podemos nos tornar brancos no dia em que eles mesmos se transformarem em yanomani (2015, p. 75).

Da mesma forma, Ailton Krenak afirma que:

Quando os povos originários se referem a um povo como “uma nação que fica de pé”, estão fazendo uma analogia com árvores e florestas. Pensando as florestas como entidades, vastos organismos inteligentes. Nesses momentos, os genes que compartilhamos com as árvores falam conosco e podemos sentir a grandeza das florestas do planeta. Esse sentimento torna a mobilizar pessoas para a ideia, que já ficou banalizada, de proteger as florestas. (2020, p. 16).

Os Krenak vivem entre Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. Ailton, em sua militância étnico-política, tem participado de constantes mobilizações e estudos concernentes à proteção da floresta brasileira que tem sofrido, nos últimos quarenta anos, a aceleração do desmatamento.

Na cultura indígena o corpo e a língua são a base da sabedoria principal. Para Benites (2018)⁷, que pertence à etnia Guarani, no Mato Grosso do Sul, a construção dos corpos físicos e simbólicos se faz de acordo com as necessidades e os ambientes, sempre levando em consideração a cronologia e os costumes desse povo.

A autora cita, em seu estudo, que a cultura dos guaranis⁸, especificamente as mulheres que, assim como os homens, também possuíam conhecimentos que eram passados para suas

⁷ BENITES, Sandra. **Viver na língua guarani nhandewa (mulher falando)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

⁸ Refere-se a uma das mais representativas etnias indígenas das Américas, abrangendo territórios nacionais da Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai e a porção centro-meridional do território brasileiro.

filhas. A sabedoria das mulheres guarani eram para serem contadas por elas mesmas, uma vez que a história “mito” é responsável pela forma de organização do *nhandereko*, o modo de vida guarani.

As mulheres desse povo também compreendiam as diferenças nos cuidados com os corpos entre meninos e meninas. Sabiam diferenciar os momentos específicos de cada etapa da vida, como lidar com os processos da vida ao longo do tempo de construção do corpo. A percepção da diferença entre os corpos femininos e masculinos era necessário para compreensão das transformações ocorridas em ambos. Enquanto, na puberdade, os meninos engrossavam a voz, as meninas sublinhavam o período menstrual, que representava a sabedoria e a saúde das mulheres com relação ao seu próprio corpo. Para a autora:

Dessa maneira me dá uma impressão que se reforça o prestígio e influência de dominação para um como se nós estamos falando apenas de um corpo, na realidade para falar dos corpos é preciso falar das diferenças, dos movimentos e lugar onde possa caber esses corpos que muitas vezes vejo que os corpos não cabem por serem diferentes e por terem demandas diferentes. Os corpos falam, tem seus conhecimentos próprios que precisa ocupar seus espaços com suas diferenças. (BENITES, 2018, p. 7).

Pelas informações apresentadas, percebe-se que a autora deixa claro que é preciso considerar que os corpos são capazes de falar através das diferenças, dos movimentos, do lugar onde possam caber. Ou seja, são capazes de falar através de um determinado espaço, da dança dos movimentos e da pintura.

As práticas tradicionais e o conhecimento em relação aos recursos naturais do território constituem a propriedade biocultural dos povos indígenas. O documentário “As Hiper Mulheres” (2011) retratam o Jamarikumalu, o maior ritual feminino que demonstra a potência das vozes de mulheres indígenas juntas do Alto Xingu, que retrata sua força diante de suas comunidades, bem como a importância da superação dos desafios para se manter a oralidade e a tradição desse ritual, sobretudo no contexto atual.

De maneira geral, retrata a resistência dessas mulheres, diante da produção audiovisual de longa-metragem, retratando expressões com cores e ritmos, humor e sofisticação do mundo *Kuikuro*, sem se limitar aos estigmas ocidentais sobre corpo e conhecimento, a fim de se adequar ao cenário das produções audiovisuais, sendo esta uma das características da propriedade biocultural dos indígenas.

Uma das cenas marcantes foi o comprometimento das mulheres entre si para a realização da dança e do canto. Ou seja, quando uma não podia participar por estar enferma, as demais não realizavam o ritual, e não aceitavam que outra ocupasse o seu lugar. Toda a tradição era passada das mulheres mais velhas.

Esse fato comprova a tese de que havia uma preocupação, principalmente das mulheres mais velhas, em manter a sua cultura e, para tanto, ensinava as mais novas todos os cantos e seus significados para que, assim, a tradição fosse mantida, mesmo com a interferência dos brancos em sua comunidade. O movimento do corpo, o canto e a oralidade também é uma forma de falar, de expressar seus sentimentos sobre fatos do dia a dia.

Outra cena marcante foi a do pajé capinando e cantando para a mesma como forma de respeito a todos os seus ancestrais, uma vez que, dentro da cultura indígena, quando morriam se transformavam em plantas ou animais e, por este motivo, todos os elementos das florestas tinham que ser respeitados por representar seus ancestrais. Percebe-se que a experiência biocultural dos indígenas, a expressão corporal era extremamente importante para sua cultura, para o desenvolvimento da comunicação entre os espíritos, entre as pessoas da tribo e, inclusive, entre os brancos, uma vez que havia uma preocupação em manter sua tradição, seus costumes.

Todas as ervas medicinais utilizadas para a cura de alguma doença eram extraídas da floresta e, por este motivo, eram consideradas o coração da floresta e deviam ser preservadas, principalmente por representar o espírito de seus ancestrais. Em outras palavras, todo o sustento, todos os alimentos, todas as ervas utilizadas para os chás, tanto as utilizadas nos rituais como na cura de doenças, eram retirados da floresta.

Longe de nossa floresta há muitos outros povos além de nós. Contudo, nenhum deles tem um nome semelhante ao nosso. Por isso devemos continuar vivendo na terra em que Omama nos deixou no primeiro tempo. Somos seus filhos e genros. Mantemos o nome que nos deu. Desde que nos encontraram, os brancos não param de nos perguntar: 'Quem são vocês? De onde vêm? Como se chamam?'. Querem saber o que o nosso nome Yanomami, significa. Por que tamanha insistência? Alegam que é para pensar direito. Achamos que, ao contrário, isso é ruim para nós. Que resposta lhe daremos? Queremos proteger nosso nome. Não nos agrada repeti-lo a torto e a direito. Seria maltratar a imagem de Omama. Não é assim que falamos. Por isso, ninguém quer responder às suas perguntas. (2015, p. 78)

Cabe salientar que a floresta representava a base da vida dos indígenas por ser o lugar onde nasceram e cresceram, de onde aprende-se o significado de cada palavra, de cada alimento, de cada erva, de cada ser nela existente. As palavras possuíam um significado, assim como a vida de cada ser humano que vivia nas florestas. que poderiam ou não ser protegidas pela floresta. Assim, narra Kopenawa,

[...] Não deixe que os seres maléficis e as onças venham devorá-los. Impeça as cobras e os escorpiões de picá-las. Afaste deles a fumaça da epidemia xawara. Proteja também a floresta. Não deixam que se transforme em caos. Impeçam as águas dos rios de afundá-la e a chuva de inundá-la sem trégua. Afaste o tempo encoberto e a escuridão. Segure o céu para que não desabe. (2015, p. 85).

Todo seu conhecimento sobre as doenças e a cura dos mesmos vinham dos elementos existentes na floresta e, por este motivo, podiam curar seu povo. A saúde era tratada por causa

da biodiversidade dos recursos florestais, daquilo que ela pode oferecer. Tais conhecimentos devem ser passados de geração a geração para que as gerações futuras possam utilizá-las para a cura de várias doenças.

Bernites (2018) compara a árvore como uma mãe na língua guarani, já que a estrutura do corpo está ligada automaticamente aos filhos mantendo uma relação próxima com eles. A relação é estabelecida entre a árvore (mãe) e seus galhos (filhos). O pai, neste sentido, seria aquele de deveria proteger a floresta por representar sua família.

A dança era e continua extremamente importante para os indígenas, não só em termos de comunicação com os espíritos, como também a forma de manter a comunicação através dos gestos, de movimentar o corpo para manter a saúde. O corpo, assim como as palavras, transmitia informações importantes sobre os fatos, sobre os acontecimentos que os cercavam.

O ato de movimentar o corpo através da dança, não eram compreendidos pelos brancos que assistiam a sena, que apenas os viam cantando e não entendiam a manifestação espiritual e, por este motivo, eram considerados ignorantes por estarem com os pensamentos fechados dentro sua cultura voltada a valorização da palavra escrita e de seus significados, enquanto os indígenas valorizavam cada gesto, cada manifestação da dança.

O corpo, dentro da cultura indígena, também é capaz de falar, de transmitir algo. O perfume transmitido pelo corpo era característico das flores, das ervas das florestas, sendo considerado natural, enquanto o cheiro que exalavam dos brancos era artificial, por conter álcool em sua composição, destituído de elementos naturais. Era, assim, a representação do cheiro da cidade. Para os Yanomami, o corpo é o abrigo que recebe os *xapiri*. Assim, narra Davi Kopenawa,

A imagem dos *xapiri* é muito reluzente. [...] São muito perfumados. Quando brincam com as mulheres dos seres do vento, às vezes se pode sentir no ar da floresta o cheiro do urucum e dos feitiços de caça que trazem ao redor do pescoço. A brisa de seu voo espalha odores tão intensos quanto os dos perfumes dos brancos. Mas a pintura dos *xapiri* é um de seus bens preciosos. Provém dos odores misturados das coisas da floresta e não tem o cheiro acre e perigoso do álcool dos perfumes da cidade.”. (2015, p. 112).

Outro ponto importante sobre a cultura indígena eram os enfeites que utilizavam. Esses enfeites demonstraram seu status diante do povo. Os que mais se enfeitavam eram, geralmente, os chefes das tribos, que conheciam a floresta melhor do que os outros indígenas, assim como seus elementos, tanto os prejudiciais ao homem, como aqueles que poderiam tratar o corpo adoecido.

O corpo fala através da dança, dos gestos e dos enfeites. Eis o marco cultural de um povo que se forma na biodiversidade presente na natureza, tendo pleno domínio sobre todos

elementos nela existentes, tanto as plantas quanto os animais que poderiam causar doenças. Daí, então, a necessidade de preservá-la dos brancos.

As nações tradicionais, como os indígenas e os quilombolas, por exemplo, apresentam suas maneiras de pensar com relação a tudo que o cercam, principalmente com relação aos alimentos considerados saudáveis, a percepção do corpo, da doença em si. Cada grupo possui sua forma de pensar a saúde, como praticá-la, quais os conhecimentos seriam importantes para a manutenção de sua cultura. A alimentação saudável baseia-se na cultura de subsistência, ou seja, plantam apenas para sustentar sua comunidade, não atribuindo valor comercial aos alimentos. Na tradição indígena, o corpo é tratado como a arte de manifestar uma cultura baseada no conhecimento das ações que ele expressa.

2.4 A DESTRUIÇÃO DAS TRADIÇÕES ANCESTRAIS LIBERTÁRIAS E O ADOECIMENTO DO CORPO COLONIZADO

As doenças começaram a surgir por causa do irmão de *Omama* que aproveitou da ausência do seu irmão para praticar o mal, e com isso os seres maléficos fizeram com que os seres humanos se tornassem tão frágeis, a ponto de se aproximarem da morte.

Para Kopenawa e Albert (2015, p. 83):

(...) por isso os indígenas chamam os brancos de gente de *Yoasi* que é considerado o irmão de *Omama* que causa o mal à sociedade com suas mercadorias, suas máquinas e suas epidemias, e com isso não param de nos trazer a morte com os seus danos maléficos que são prejudiciais à saúde.

Pelas informações descritas, os autores salientam que *Yaosi* era o irmão maléfico de *Omana* e que este teria criado todos os espíritos *xapiris* responsáveis pela doença, pela morte, pela fragilidade humana, principalmente diante das doenças provocadas pelo próprio homem, como, por exemplo, o uso de máquinas para devastarem a floresta, emitindo uma fumaça que prejudicava a saúde humana.

Assim, os espíritos *xapiris* teriam sido criados para combater o espírito maligno que causada doenças, porém, era necessário que tomasse o pó de *Yãkoana* para que os espíritos descessem e se apresentassem dançando e se revelassem ao filho de *Omama* e foi assim que os *xapiris* dançaram para o primeiro *xamã*, sendo passado, desde então, de geração a geração.

Essa cultura, com o tempo, foi se reduzindo aos poucos indígenas que existem no Brasil. Desde o momento em que os brancos passaram a entrar em contato com sua cultura, muita coisa mudou. Uma delas foi o desrespeito com as florestas através da destruição das matas que, nos últimos quarenta anos, tomou proporções preocupantes.

Krenak (2020, p. 7) relata que:

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser a obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante.

Dessa forma, o autor evidencia que todos males e doenças que cercam a sociedade surgiu em decorrência da própria ação humana diante da destruição das florestas em nome do progresso econômico, esquecendo que todo o ar que se respira provém delas e, por este motivo, devem preservá-la para que as gerações futuras possam usufruir de tudo que a natureza pode oferecer.

Na concepção indígena, cada elemento presente nas florestas representava seus ancestrais e quando estes eram destruídos pelos brancos através do desmatamento, visando ao progresso e às questões econômicas, sua ancestralidade morria com eles, o que reduzia a proteção dos espíritos ao território. Diante disto, os indígenas começaram a adoecer e não conseguiram a cura para tais doenças, por serem estas desconhecidas.

Para Foucault (2014)⁹, a sociedade de mercado em que o mundo vive só considera o ser humano útil quando está produzindo. Esse idealismo surgiu com o avanço do capitalismo, que visa o lucro obtido através do trabalho humano que só é considerado quando é capaz de produzir, caso contrário, eram dispensados.

Nesta perspectiva, desde o surgimento do capitalismo, as nações mundiais passaram a priorizar a lucratividade, não levando em consideração a proteção ambiental e, por este motivo, a sociedade atual tem sofrido devido aos seus próprios atos, através do adoecimento que afeta, tanto os brancos quanto outras nações, como os indígenas, por exemplo.

Krenak (2020) mencionou sobre o sonho de um pajé que dizia “o espírito da caça estava muito bravo e dizia que eu era um irresponsável, que eu não estava cuidando bem dos espíritos dos bichos, que os *waradzu* (os brancos) estavam predando tudo e logo acabaria a caça e as pessoas não teriam mais o que comer”. ”. Em outras palavras, os espíritos estavam insatisfeitos com a proteção das florestas, destruídas pelas ações humanas.

Na visão do pajé, os homens são responsáveis pela não proteção da floresta e todos os elementos a ela pertencente. Os brancos, chamados de *waradzu*, foram os principais responsáveis pela redução dos alimentos do seu povo e pela destruição de sua ancestralidade, de sua cultura, do modo de viver e de se manifestar através das danças, do movimento do corpo.

9 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

Os pajés, em sua infinita sabedoria, diziam que o homem branco tem construído um terminal nervoso do que chamam de natureza e alerta que se a devastação ambiental continuar neste ritmo, não haverá o que se caçar na floresta. O agronegócio foi uma das atividades que contribuiu para a devastação de milhares de hectares desmatados para a plantação de soja. Os sonhos seriam uma intuição. Cada sonho apresenta um determinado significado e os indígenas acreditavam que os espíritos queriam dizer algo para eles.

Os povos indígenas consideram que os corpos estão relacionados com tudo que é vida, que os ciclos da Terra são também ciclos dos mesmos. É necessário cantar para suspender o céu, para que as mudanças referentes à saúde do planeta e de todos os seres sejam preservadas.

Para Krenak (2020), suspender o céu é ampliar os horizontes de todos, não só dos seres humanos. Trata-se de uma memória, uma herança cultural do tempo dos ancestrais que estavam harmonizados com o ritmo da natureza, que só precisavam trabalhar algumas horas por dia para proverem o necessário para a sua sobrevivência. O tempo restante poderia ser separado para a dança, o canto e o sonho, uma vez que este era considerado a extensão do cotidiano.

Os indígenas consideraram os sonhos como algo que só fazia sentido quando acordavam e pensavam na possibilidade de um tempo além deste. Em outras palavras, há a necessidade de se considerar o sonho de um mundo melhor para os seres humanos sobreviverem, onde a cultura dos diferentes povos deve ser mantida, mesmo diante da busca pelo progresso econômico atual.

Kopenawa afirma que, antes da chegada dos brancos nas florestas, os ancestrais já se faziam presentes no território. A natureza proporcionava aos ancestrais a caça, a pesca e as plantações que eram cultivadas para sua sobrevivência. As ferramentas utilizadas, antigamente, eram de *Omana* que criou uma barra de ferro para trabalhar na roça com as plantações, essa ferramenta era usada pela vizinhança que pedia emprestado porque era um material muito resistente e podiam ser utilizados em suas roças.

Antes da chegada dos colonizadores aos continentes, os indígenas viviam a partir de todos os elementos existentes nas florestas e dela, retiravam, inclusive, os recursos utilizados na fabricação de seus utensílios, como o barro para fazer vaso de cerâmica e o metal para fazer suas ferramentas domésticas. Não possuíam os objetivos que os brancos possuem na atualidade.

Outro ponto considerado por Kopenawa (2015) é com relação às doenças trazidas pelos brancos que afetaram a saúde dos indígenas.

No primeiro tempo, os brancos estavam muito longe de nós. Ainda não tinham trazido o sarampo, a tosse e a malária para nossa floresta. Nossos ancestrais não adoeciam tanto quanto nós, hoje. Gozavam de boa saúde a maior parte do tempo e, quando morriam, as fumaças de epidemia não sujavam seus fantasmas (KOPENAWA, 2015, p. 225).

Pelas informações, percebe-se que antes da chegada dos brancos, os indígenas não contraíam sarampo, pneumonia, malária, dentre outros. Os ancestrais gozavam de boa saúde a maior parte do tempo e quando morriam não contaminavam os espíritos, como na atualidade. Tais doenças surgiram em decorrência da convivência com os brancos.

A cultura indígena, bem como suas tradições, aos poucos, foi influenciada pelos brancos. Os xamãs que morriam de velhice; quando os inimigos o atingiam com uma flecha ou vítimas de algum feitiço, hoje morrem em decorrência de doenças trazidas pelos brancos. Ou seja, as causas naturais que ocasionavam a morte dos indígenas, hoje são provocadas pelas doenças.

A interferência dos brancos trouxe, para os indígenas, a preocupação com a doença, com a contaminação do ambiente e, inclusive, a redução da tradição dos xamãs em curar as doenças, pois algumas delas, por serem desconhecidas da cultura indígena, passaram a necessitar de intervenção dos médicos e enfermeiros da FUNAI, que vão até as aldeias e cuidam de sua saúde, sobre péssimas condições para o atendimento.

Todas essas mudanças ocorreram devido à aproximação dos brancos nas florestas para realizarem atividades como o garimpo, com o intuito de buscar metais para serem utilizados nas indústrias e aumentar a produção. Antes não havia a preocupação com doenças. Porém, quando viam aproximar um avião ou um garimpeiro, temiam que estes poderiam trazer a malária, uma das doenças dos brancos.

Os indígenas perceberam que, com a chegada dos brancos, sua cultura foi afetada. Desde então, os índios passaram a se preocupar com vestimentas para cobrir sua nudez, além da necessidade de utensílios para uso diário e, principalmente, com a turbulência que as atividades dos garimpos ocasionavam a floresta que, aos poucos, pedia seu silêncio.

Outro ponto importante observado sobre a interferência dos brancos na cultura indígena são as transformações ocorridas nas florestas por causa do progresso, da produção, da economia diante do capitalismo. Neste sentido, os pensamentos dos indígenas se voltavam a essas questões: a sujeira provocada pelas atividades desenvolvidas nos garimpos que contaminavam rios; as queimadas para transformá-la em pastos para a criação de gado.

A lógica da mercadoria fez com que os indígenas perdessem as raízes ancestrais, justamente por estarem com a mente voltada para as questões de doenças que se proliferavam diante da destruição das florestas.

Os jovens indígenas foram tão influenciados pelos brancos que acabaram adquirindo a sua cultura. Kopenawa narra esse fato:

Os jovens passam o tempo todo jogando futebol na praça central da casa, enquanto os xamãs estão trabalhando ali ao lado. Eles não prendem mais o pênis com um barbante de algodão amarrado em torno da cintura, como os nossos maiores faziam. Usam bermudas, querem escutar rádio e acham que podem virar brancos (KOPENAWA, 2015, p. 226).

Os autores destacam que a mudança na cultura, influenciou os jovens indígenas que passaram a agir como os brancos, usando bermudas, praticando seus esportes, escutando suas músicas. Em outras palavras, se tornaram tão ignorantes quanto os brancos. Esse fato fez com que os ensinamentos dos seus maiores ficassem esquecidos, o que comprometeu a transmissão da cultura.

Devido às várias doenças trazidas pelos brancos, os indígenas tiveram que aceitar sua ajuda, uma vez que somente seus medicamentos poderiam curar as doenças, até então desconhecidas. Dessa forma, mesmo que quisessem se libertar dos brancos e de todo o seu conhecimento, já não podem, justamente porque passaram a depender de seus recursos medicinais para doenças que os xamãs não podiam curar.

Os garimpeiros foram considerados pelos indígenas como verdadeiros comedores de terra e suas ações iriam devastar a floresta, como realmente aconteceu. Os rios podem desaparecer e se transformar em poças lamacentas, cheias de óleo dos motores e lixo produzidos pelos brancos. Os peixes já não são como no tempo de seus ancestrais, pois são contaminados com o mercúrio. Os motores e os sons das espingardas espantavam as caças. Toda a rotina do modo de vida indígena foi modificada.

Krenak (2020) diz que os povos que vivem dentro da floresta se deparam como o sumiço da mata, da abelha, do colibri, das formigas, da flora e de vários elementos das florestas. Quando um indígena sai para caçar, encontram dificuldades por compartilhar com os brancos seu espaço, modificado pela construção de padarias, mercados, dentre outros. Antes, viviam da caça, da pesca e daquilo que plantava e hoje, dividem o espaço com a modernidade propiciada pelos brancos.

Na sociedade da atualidade, o mundo é construído como se fosse uma matéria plástica que pode ser moldada de acordo com o pensamento humano. Esta ideia se baseia no fato de que o modo de vida passou a ser orientado pela pesquisa científica, pela engenharia, arquitetura e tecnologia, que transformou o modo de vida ocidental sobre o idealismo mercadológico.

A ancestralidade, neste cenário, é celebrada apenas por pessoas que ainda a reconhecem em suas práticas, como um pajé, uma mãe de santo, por exemplo, que resistem, apesar do capitalismo globalizado. Para eles, somente os ensinamentos dos seus ancestrais seriam capazes de transformar as ações humanas na atualidade. Entretanto, por causa dessas ações, viriam

consequências, como desastres naturais, doenças, dentre outras que atingiria a humanidade, como a vivenciada nos últimos dois anos: a Covid-19, que afetou mundialmente milhares de pessoas, independentemente de classe social, cor, raça ou etnia.

3 ALIENAÇÃO, DOENÇA E CAPITALISMO

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o corpo, segundo Benites (2018) é capaz de se expressar através da dança e do movimento o saber popular de um povo, de cada etnia, que apesar de suas particularidades, transmitem conhecimento sobre sua cultura aos povos dominadores, podendo, dessa forma, contribuir para a expansão do conhecimento sobre o corpo e suas diversas manifestações culturais e, inclusive, sobre o adoecimento.

Neste sentido, este capítulo aborda pontos relevantes sobre o corpo, a resistência popular as diversas formas de dominação que contribuem para o adoecimento e o modo de vida das diversas etnias relacionadas as formas de tratamento das doenças e como manter o corpo saudável.

3.1 ALIENAÇÃO E ADOECIMENTO

A doença, conforme demonstrado, está relacionada às mudanças fisiológicas ocorridas no organismo diante de uma determinada situação momentânea que pode interferir no que se considera normal, como a detecção de uma febre, por exemplo, que pode colocar o corpo num estado considerado anormal, caracterizando assim, a presença de uma patologia.

No entanto, diante deste contexto, há uma necessidade de se avaliar a trajetória da vida da humanidade ao longo da história e as mudanças ocorridas. Um dos pontos importantes a ser considerado é a relação humana com o trabalho e as mercadorias. Neste sentido, Karl Marx (2011)¹⁰, utiliza, ao longo de sua contextualização, o termo fetichismo¹¹ para explicar a capacidade de atração de um determinado produto sobre a percepção humana.

O fetichismo, dentro da concepção de Marx, está relacionado ao conceito de misticismo, que não resulta, necessariamente, no seu valor de uso, muito menos são determinadas por valores. Nesse sentido, um dos pontos importantes destacados é a relação do trabalho útil e com as atividades produtivas em que o homem diante do desempenho de suas funções, podem vir a desenvolver algumas doenças.

O homem, diante do exercício de suas funções, trabalha com alguns órgãos do seu organismo como nervos, cérebro, músculos, dentre outros. Marx afirma que:

Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras

10 MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Boitempo, 2011.

11 É o uso de um objeto inanimado (o fetiche) como um meio preferido de produzir excitação sexual.

e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana (MARX, 2011p. 122).

Percebe-se que o produto, fruto do trabalho, é visto de forma misteriosa pelo próprio ser humano, que apresenta uma percepção diferente sobre o valor da mercadoria. Este ponto, que explica o que seria fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Os produtos do trabalho, são transformados em mercadorias que são lançadas ao olho humano, transmitindo um determinado efeito sobre sua percepção, criando assim, uma noção de valor que, sintaticamente, consiste na relação física entre coisas físicas. É uma relação social determinada pelos próprios seres humanos, sobre forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas.

O fetichismo do mundo das mercadorias, segundo Marx (2011), assume um caráter social peculiar do trabalho que a produz. Isso significa dizer que os objetos só se tornam mercadorias porque são frutos do trabalho privado realizado pelo trabalhador, que troca sua força de trabalho por um salário mensal.

Quando se analisa a questão dos valores, o autor é categórico ao afirmar que este é conquistado no ato da produção do produto e, a partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo caráter social: a satisfação de uma determinada necessidade social e a satisfação de múltiplas necessidades de seus próprios produtores.

[...] A descoberta científica tardia de que os produtos do trabalho, como valores, são meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção fez época na história do desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum elimina a aparência objetiva do caráter social do trabalho (MARX, 2011, p. 124).

Neste sentido, o que interessa diante da troca dos produtos é a questão de quantos produtos alheios eles obtêm em troca por seu próprio, ou seja, a proporção relacionada à sua troca. O valor assume sobre os produtos só se fixa apenas por meio de sua atuação como grandeza de valor, que variam constantemente, independentemente de sua previsão de troca. Todo o fetichismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anunciam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, o que leva os seres humanos a se refugiarem em outras formas de produção, a aquisição de valor produzido a partir do que excede o tempo de trabalho socialmente necessário.

Tem-se, neste contexto, uma relação de alienação em que o ser humano depende do seu trabalho, tanto para satisfazer suas necessidades pessoais, quanto para satisfazer as necessidades de acumulação capitalista, que é fruto do seu trabalho.

O processo social de produção da vida só se livra do misticismo quando a atividade produtiva dos seres humanos, livremente socializados, acontece de modo consciente e planejado. Porém, para o alcance desta proporção, torna-se necessário que haja uma base material da sociedade, uma série de condições materiais de existência ou uma série de produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento.

Para Marx (2011, p. 128):

O quanto uma parte dos economistas é enganada pelo fetichismo que se cola ao mundo das mercadorias ou pela aparência objetiva das determinações sociais do trabalho é demonstrado, entre outros, pela fastidiosa e absurda disputa sobre o papel da natureza na formação do valor de troca.

Percebe-se, pelas informações expostas por Marx (2011) que alguns economistas são enganados pelo fetichismo que se baseia nas mercadorias e nas determinações sociais decorrentes do trabalho, pela formação do valor de troca, determinando, desta forma, a relação entre o fruto do trabalho, que são as mercadorias, e o valor que ela contém.

Em outras palavras, a necessidade de atrair a atenção e como isso reflete no corpo humano com relação à aquisição de um produto é a principal característica do fetichismo que faz com que haja a compulsão em comprar, em adquirir tal produto. Esse fato reflete no adoecimento do corpo, da mente que almeja algo que foi fruto de seu próprio trabalho: a mercadoria.

Francis Wheen (2007)¹² escreveu sobre a vida de Karl Max e suas contribuições para o entendimento da alienação, quando desenvolveu um estudo da economia política apenas depois de vários anos de pesquisa aos campos da filosofia e da literatura, que foram a base intelectual do projeto. A base de seu trabalho foi sua experiência pessoal sobre a alienação, em que percebeu a relação entre o trabalho e o trabalhador no sistema capitalista.

A experiência pessoal de Marx sobre a alienação descreve uma percepção sobre o mundo do trabalho diante de um sistema econômico que afasta as pessoas umas das outras e do mundo que habitam, uma sociedade em que seres humanos são escravizados pelo monstruoso poder do capital e das mercadorias inanimadas (WHEEN, 2007).

Mesmo tendo se passado mais de um século da morte de Karl Marx, o seu legado de informações sobre a relação do homem com o trabalho diante do desenvolvimento do capitalismo foram primordiais para que se conhecesse o processo de alienação da sociedade com relação ao consumismo, sua visão sobre o produto e como eles deveriam ser produzidos e a quem seriam direcionados.

12 WHEEN, Francis. **O capital de Marx**: uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Essa visão de Marx é percebida, inclusive, nos dias atuais, em que o homem estabelece uma relação de dependência com o trabalho. Ou seja, se não trabalhar, não tem como sustentar suas famílias, o que reforça a hipótese de que o trabalho é uma forma de dominação social e o principal motivo que leva às desigualdades sociais em que, o que mais trabalha é o que menos ganha e o que menos trabalha, se enriquece.

Marx viveu na pele sua teoria. Ou seja, mesmo sendo um intelectual, também era um empregado, um dependente do capitalismo e, principalmente, do valor que seu trabalho tinha nesse sistema. Em vários momentos de sua vida, via na falta do emprego o motivo de suas preocupações, de seu estresse, de seu adoecimento.

Jappe (2006)¹³, em “As aventuras da mercadoria”, traz um questionamento se o mundo seria uma mercadoria, se tudo que se conhece, que se vê, que se presencia no dia a dia, seria uma mercadoria. Ou seja, o surgimento do capitalismo transformou o mundo, a vida da sociedade que, a cada nova evolução do sistema, mais dependente dele se tornava.

A mercadoria, segundo as teorias de Marx, é “a célula germinal de todas as sociedades modernas, mas que não representa, contudo, nada de natural” (JAPPE, 2006, p. 9). No entanto, a existência da mercadoria faz com que seja impossível a existência de uma sociedade consciente, justamente pela percepção de que esta depende do trabalho, que existe em virtude das mercadorias, que pode levar ao surgimento de uma crise no final.

Em outras palavras é que esta dá lugar ao “fetichismo da mercadoria”, que cria um mundo invertido em que tudo é o contrário de si mesmo. Todas as críticas de Marx eram com relação a mercadoria e as consequências que estas podem gerar para a sociedade. As ideias de Marx levam à compreensão sobre o trabalho, o dinheiro, o Estado, a comunidade humana e, inclusive, sobre a crise do capitalismo.

O capitalismo, dentro do ponto de vista de Marx, propicia o desenvolvimento de uma vida cotidiana em que a sociedade se sacrifica em prol do trabalho para sustentar suas famílias. A preocupação em ter dinheiro para satisfazer suas necessidades básicas, de esgotar, dia após dia, suas forças em prol do trabalho, tem sido um dos motivos que levam ao adoecimento da sociedade, devido ao estresse, ansiedade e depressão.

Outro ponto importante é sobre o valor da mercadoria que é determinado de acordo com a oferta e a procura. Sobre mercadoria, dinheiro e valor, Jappe (2006, p. 23) afirma que:

[...] A discussão só é possível no que respeita ao capital e à mais-valia, aos investimentos e aos salários, aos preços e às classes, ou seja, quando se trata de determinar a distribuição dessas categorias universais que regulam as trocas entre os

13 JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. 1ª ed., Artes Gráficas: Lisboa, Portugal, 2006.

homens. É nesse terreno que podem manifestar-se as diferentes concepções teóricas e sociais.

Pelo exposto, percebe-se que, dentro do sistema capitalista, o sistema mais-valia, que segundo Marx, é baseado na exploração do trabalho e o produto produzido pelos trabalhadores que são transformados em mercadorias como o intuito do lucro. Dessa forma, subentende que os trabalhadores acabam recebendo um valor inferior que não condiz com o trabalho realizado. Sobre a alienação tem-se a ideia de diminuição da capacidade dos indivíduos em pensar ou agir por si só. É justamente este um dos principais conceitos tratados por Marx quando explica sobre a alienação abstrata que, basicamente, refere-se ao efeito do trabalhador não ter acesso aos bens que ele mesmo produz.

Ou seja, se for considerar o trabalho realizado pelos trabalhadores para a transformação da matéria-prima, os esforços produzidos por eles, o valor do salário ofertado pelos empregadores seria bem maior do que o que é pago na realidade. Essa é uma das principais características do capitalismo: explorar a força braçal em prol da produção da mercadoria, que tem seu valor determinado de acordo com a oferta e a procura.

A mercadoria, segundo a concepção de Marx, é vista como “a forma elementar das riquezas da sociedade nos quais reina o modo de produção capitalista”. O valor desta, não possui apenas um valor de uso, como também de troca. No entanto, cabe salientar que, para que a mercadoria seja produzida, são necessárias horas de trabalho.

Segundo Jappe (2006) a mercadoria é considerada uma categoria fetichista porque o trabalho que constitui seu respectivo valor é trabalho abstrato, que provém do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. Ou seja, há duas concepções de valor das mercadorias produzidas pelo fruto do trabalho humano: valor de uso, definida como a capacidade de satisfazer as necessidades humanas e o valor de troca, visto como quantitativo do tempo de trabalho socialmente necessário, pautado na possibilidade de equiparação de um produto a outro.

Na sociedade contemporânea, as mercadorias são trocadas por dinheiro e seu valor é determinado pela oferta e procura. Ou seja, quanto mais a procura, maior a oferta. Essa relação faz com que a sociedade se vê diante da aquisição de um produto, mesmo não tendo necessidade de comprá-lo, no momento. Cabe salientar que o consumismo, a compra de mercadorias é que move a economia de um país.

No entanto, diante das características do sistema capitalista, baseado no acúmulo de capital, da troca de mercadorias, do serviço dos trabalhadores por um salário mensal, do gasto deste com outras mercadorias que satisfaçam suas necessidades básicas, tem sido alguns dos

pontos que contribuem para o adoecimento da sociedade que, com o tempo, desenvolvem depressão, ansiedade, consumismo compulsivo, dentre outras doenças provindas desse sistema.

Por este motivo, em todo o acervo deixado por Kal Marx sobre o capitalismo, analisa-se que, a partir do momento em que o dinheiro passou a fazer parte da sociedade, muitas doenças surgiram e, por este motivo, deve-se considerar esse sistema como um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento de várias emoções, que variam de alegrias, pela conquista de um produto tão sonhado, como a tristeza de alguns em não conseguí-los. Essas emoções, certamente, refletem o adoecimento da sociedade.

Um dos pontos importantes considerados com relação ao adoecimento do corpo, são as formas de dominação imposta pelo desenvolvimento da sociedade, marcado pelo capitalismo e pelo processo de globalização, em que a obtenção do lucro era e continua sendo o principal objetivo das organizações. Neste sentido, Marx (2011), afirma que, desde o momento que se adotou uma postura social relacionada ao trabalho e a necessidade de capital para o sustento familiar, os trabalhadores ficaram propício ao desenvolvimento de doenças.

Foucault (2014)¹⁴ menciona o corpo como algo que pode ser disciplinado, exercendo a função de poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”, ou se apropriar ainda mais e melhor. Em outras palavras, a disciplina é considerada a “fábrica” de indivíduos, que os tornam tanto objetos quanto instrumentos de seu exercício.

“Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio: é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.” (FOUCAULT, 2014, p. 195). Neste sentido, predomina um olhar sobre o âmbito econômico em que o corpo é visto como o mecanismo de produção, a combinação de procedimentos para a realização de funções diante do mercado.

Com a evolução da humanidade, houve a necessidade, diante do processo de urbanização, da construção de hospitais, asilos, prisões, casas de educação sob a ótica da ciência, para que as pessoas pudessem ser vigiadas, partindo do pressuposto do “encastramento” em que manter a disciplina seria extremamente importante para os corpos presentes nessas instituições.

A organização do trabalho também passou a ser visto pelo ângulo da disciplina, da necessidade de escalas, melhor meio de atender as exigências, de controlar os trabalhadores. Em torno de todo esse processo o trabalho passou a ser controlado de forma intensa e contínua onde as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis.

14 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

Durante o século XVII, os operários passaram a ser forçados e suprimidos. O corpo, neste sentido, foi visto como meio de produção a ser vigiado. Ou seja, propriedade privada vivendo sob regime de vigilância, que “torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é, ao mesmo tempo, uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.” (FOUCAUL, 2014, p. 200).

O autor considera ainda que a essência de todos os sistemas disciplinares funciona como um mecanismo penal, baseado em leis próprias que tendem a fazer com que a sociedade viva sob regras, que qualificavam e reprimiam um conjunto de comportamentos que escapavam aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença (FOUCAULT, 2014).

Tem-se, nesse sentido, a prática de que a disciplina é regida por leis, a que a sociedade deve se submeter e obedecer, caso contrário, podem sofrer sanções penais e, por este motivo, é considerada como uma maneira específica de punir, uma forma de alienação, de manter o comportamento diante de normas estabelecidas pelo poder público.

Além desse, o autor destaca outros pontos: o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, devendo, portanto ser essencialmente corretivo; a duplicidade do sistema de punição: gratificação-sanção, se tornando operante no processo de treinamento e punição; divisão segundo as classificações ou os graus de um duplo papel: marcar os desvios e castigar e recompensar a pessoa.

Assim, os sistemas disciplinares estão relacionados tanto ao processo de gratificações quanto as sanções jurídicas. Ou seja, os que obedecem às normas pré-estabelecidas, são dignos de reconhecimento e de gratificações. Por outro lado, quem as descumprem, é condenado, podendo sofrer reclusão penal. Dessa forma, os alienados precisavam ser disciplinados.

Por esse motivo, toda essa prerrogativa estava presente durante o século XVII. Porém, anos depois, Marx (2011), em “O Capital” relata sobre as normas que regem o mundo dos trabalhadores que, devido à necessidade de sustentar sua família, se submetem à alienação imposta pelos empresários que apresentam como foco principal a obtenção do lucro, a essência do sistema capitalista.

Nesse sentido, entende-se que o corpo, tanto no século XVII quanto no século XIX, era visto como algo que precisava ser disciplinado para atender aos anseios da sociedade política da época e das organizações, onde os que descumprem as leis, as normas, deviam ser punidos. A disciplina era e continua sendo, de fato, importante para o sistema político.

Em contrapartida, em pleno século XXI, estudiosos tem levantado questionamentos sobre como banir o sofrimento do homem, principalmente no mundo do trabalho e desconsiderá-lo é uma dimensão contingente à produção, que Marx (2011) a caracteriza como

sendo uma forma de dominação sobre a sociedade que tem influenciado o processo de transformação do sofrimento em adoecimento.

Neste sentido, diante das transformações sociais ocorridas na sociedade contemporânea, marcada pelo avanço da tecnologia, o saber popular tem sido substituído pelas modernidades. Para Garcia e Valla (2000), há um grande impasse com relação ao entendimento sobre o saber popular, definido como um dos espaços de luta pelo poder através da história.

Para os autores, “as condições ordinárias de vida dificultam a emergência do aspecto positivo da contradição implícita na ideologia dominante, enquanto nos momentos de crise e de luta o seu potencial revolucionário manifesta-se” (GARCIA; VALLA, 2000, p. 12). Isso significa que nas manifestações sociais, a participação popular ocorre diante dos momentos de crise com a finalidade de lutar pelos seus direitos perante as políticas públicas, de forma a reduzir as desigualdades sociais.

Percebe-se que, com o tempo, o sistema estrutural do capitalismo provocou um esgotamento do modo de vida da população, principalmente com relação aos problemas sociais que causam o adoecimento da sociedade. Jappe (2006, p. 251) destaca ainda que “não é o peso da finança parasitária que esmaga uma economia capitalista que, em caso contrário pudesse estar de boa saúde, antes é a economia do valor que, tendo atingido o seu ponto de esgotamento, continua a sobreviver provisoriamente graças a especulação”.

Isso significa dizer que a crítica não estava na transformação do trabalho em valor e sim, na monopolização do capital, que era considerado o lado negativo. Por este motivo, as críticas do anticapitalismo eram consideradas falsas por terem como principal foco, o monopólio do capital, fato que não mudaria a situação da classe trabalhadora, que ainda continuava vendendo seus serviços para sobreviver.

Cabe frisar que Marx, em sua construção teórica sobre a relação do trabalho diante do sistema capitalista, afirmava que esta relação era construída sobre uma alienação abstrata, em que o trabalhador, mesmo conhecendo o valor de seu trabalho para produzir e transformar matéria-prima em mercadoria, não tinham direito de reivindicar, principalmente devido ao medo de perder o emprego, visto que o desemprego se tornou um dos principais problemas do capitalismo e uma das causas do adoecimento da população.

Com o tempo, diante do esgotamento do capitalismo, a sociedade procurou romper com seu domínio e com o efeito sobre a saúde do trabalhador e procurou lutar pelos seus direitos. Houve, neste sentido, vários movimentos populares que tinham como meta, lutar pelo bem comum, que é o reconhecimento de seu trabalho perante às organizações.

Sobre essa assertiva, Barata e Biceño-leon (2000)¹⁵ afirmam que a participação social compreende múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e serviços básicos relacionados à saúde, educação, dentre outros, como forma de garantir os direitos dos grupos considerados marginalizados.

Neste processo de busca pela concretização dos direitos das classes subalternas, há a necessidade do desenvolvimento de um diálogo para que as necessidades da população sejam atendidas. Porém, segundo Garcia e Valla (2000) há grandes dificuldades para o entendimento das culturas dos indígenas, por exemplo.

No caso da saúde, a participação popular foi de extrema importância para a formulação de políticas públicas, asseguradas pela Constituição Federal de 1988, no sentido de construir e fortalecer propostas progressivas de orientação da política no setor, que são extremamente importantes para oferecer serviços gratuitos e de qualidade à população brasileira. Porém, até chegar a esse idealismo, houve um longo caminho percorrido.

Um desses caminhos foi a necessidade de se elaborar um plano de Reforma Sanitária, que nasceu na década de 1970. Essa expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias para mudar e transformar a saúde, para que esta atenda as necessidades da população. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor da saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população (BARATA; BRICEÑO-LEON, 2000).

No entanto, segundo os autores, há as discussões acumuladas ao quesito saúde apresentam abrangências sobre o direcionamento e a responsabilidade sobre a administração do setor. Apesar dos vetos presidenciais, a lei é um instrumento importante na configuração jurídico-política de um novo modelo assistencial, capaz de produzir impacto sobre a saúde da população.

Valla e Garcia (2000, p. 14) considera a saúde pública, como “um desses serviços, encontra-se em crise, pois, se de um lado há uma política formam de cobertura universal, por outro lado são implementadas políticas de “enxugamento do aparelho do Estado”, agravadas pela municipalização dos serviços.”. Ou seja, há a necessidade de considerar a saúde em caráter universal, onde todas as esferas deveriam garantir um atendimento a toda população brasileira.

Percebe-se que os argumentos apontam para uma dualidade entre o Estado e o Município com relação ao direcionamento das políticas públicas relacionadas à saúde, o que

15 BARATA, RB., BRICEÑO-LEÓN, RE., orgs. **Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. 376 p. ISBN: 85-85676-81-7. Available from SciELO Books.

dificulta a oferta de serviços gratuitos e de qualidade. Os atendimentos realizados neste cenário estão marcados pela seletividade diante dos atendimentos considerados emergenciais, em que se escolhe quem tem chance de sobreviver para a utilização dos aparelhos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), causando um colapso na saúde pública brasileira.

Nos últimos anos, houve grandes avanços no setor de saúde, como a criação dos conselhos municipais de Saúde, por exemplo. Porém, não tem sido suficiente para construção de mudanças que transforme a situação, o que tem feito com que os cidadãos brasileiros, percebam que seu direito a uma saúde de qualidade, está sendo negligenciado pelo Estado. Essa situação configura as grandes desigualdades sociais brasileiras em que, somente aqueles que possuem condições financeiras para pagar planos de saúde, são bem atendidos diante do adoecimento do corpo. Os demais, a grande maioria da população, dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantia de tratamento da doença, considerado um estado anormal do corpo.

Outro ponto importante considerado nesta assertiva é com relação aos impostos pagos pela própria população que apresentam como principal objetivo serem convertidos em recursos financeiros para atendê-los quanto aos serviços básicos de saúde, educação, saneamento básico, dentre outros. No entanto, Garcia e Valla (2000)¹⁶, destacam que a principal preocupação do governo brasileiro é pagar a dívida externa do país, deixando de lado o que realmente seria importante para a sociedade: serviço de saúde de qualidade para promover a qualidade de vida dos cidadãos.

Quando se fala em alienação, fala-se das condições de dependência do povo com relação a algum fator de sobrevivência, como o trabalho, políticas públicas, necessidade de adquirir um produto, dentre outros. Muitos desses processos contribuem de forma significativa, para o adoecimento social, onde a manifestação de sintomas que transmite a ideia de que o corpo não está em seu estado normal.

Neste sentido, há uma grande necessidade de compreender as falas das classes sociais. Porém, tanto Barata e Biceño-Leon (2000) quanto Garcia e Valla (2000) confirmam a tese de que há grandes dificuldades com relação ao desenvolvimento do diálogo no campo da educação popular. Os profissionais e políticos não conseguem interpretar os saberes das classes populares.

Neste sentido, Barata e Bicenõ-Leon (2000, p. 261) afirmam que:

É necessário que o esforço de compreender as condições e experiências de vida, como também a ação política da população, faça-se acompanhar de uma maior clareza

16 GARCIA, Regina Leite; VALLA, Victor V. **A fala dos Excluídos**. Cadernos CEDES, Editora Papyrus, 2000.

acerca das suas representações e visões de mundo. Se não, corre-se o risco de procurar (e não achar) uma suposta identidade, consciência de classe e organização que, na realidade, constituem uma fantasia do mediador.

A compreensão sobre as condições e experiência de vida das classes sociais brasileiras, torna-se importante para a criação de políticas públicas que venham trabalhar as reais necessidades da sociedade. Se os mediadores não apresentarem um consenso com relação aos povos e os conflitos sociais que os envolvem, corre o risco de não conseguir caracterizar, identificar a identidade dos povos étnicos brasileiros.

3.2 CRÍTICA DO CONCEITO DE SAÚDE E DOENÇA

A saúde e a doença são dois vocábulos que, embora apresentem conceitos diferentes, estão relacionados entre si. Neste sentido, a percepção sobre o que seria estar saudável e ser uma pessoa doente depende do ponto de vista dos autores e de suas teorias sobre os mesmos. Ganguilhem (2009)¹⁷, por exemplo, traz uma abordagem com ênfase em teorias de vários filósofos sobre a percepção do ser humano em estarem ou não doentes.

Em primeira instância, o autor afirma que a doença teria sido vista por alguns psiquiatras como uma experimentação que atinge o inacessível, mas respeita a natureza dos elementos normais. “É um elemento que exige uma análise exaustiva das condições de existência do fenômeno e uma rigorosa determinação das condições que se faz variar e observar suas incidências” (GANGUILHEM, 2009, p. 37).

Outro ponto importante destacado foi a relação entre a alienação e a doença. Sobre essa assertiva, os psiquiatras afirmam que o ser doente não esgota absolutamente o fenômeno da alienação que impõe ao indivíduo suas próprias condições psicológicas sobre o que é estar normal, ou não, dentro de sua perspectiva.

Por outro lado, no que se refere ao ponto de vista científico, trata-se dos fenômenos vitais, das ideias dominantes do meio social que determina o que se chama de doença. Dessa forma, compreendem-se vários significados, sendo que seu conceito está relacionado ao julgamento de valor virtual, de percepção do que seria considerado normal ou não pela sociedade e pelo próprio indivíduo.

17 GANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6ª ed., 2ª reimpr., 2009.

Em uma abordagem sobre o exame crítico de alguns conceitos relacionados à saúde destacam-se: do normal, anomalia da doença, normal e do experimental. O estado habitual dos órgãos e seu estado ideal e o restabelecimento de seu estado habitual é o objeto usual da terapêutica. Em outras palavras, significa dizer que o normal seria a manutenção do funcionamento dos órgãos que são considerados o objeto da terapêutica.

Há duas coisas nos fenômenos da vida: primeiro, o estado de saúde; segundo o estado de doença; daí duas ciências distintas: a fisiologia, que trata dos fenômenos do primeiro estado, e a patologia, que tem como objeto os fenômenos do segundo. A história dos fenômenos nos quais as forças vitais apresentam seu tipo natural nos leva, como consequência, à história dos fenômenos nos quais essas forças estão alteradas (GANGUILHEN, 2009, p. 40).

Pelas informações apresentadas, percebe-se que o estado de saúde, relacionado a fisiologia e o estado de doença (as patologias) apresentam significados distintos. No entanto, a fisiologia pode ser afetada pela patologia que acaba alterando as forças e a resistência ao patógeno causador da doença.

Devido ao estabelecimento da relação da doença com a saúde, o homem pode evoluir e criar alternativas para amenizar o desequilíbrio da fisiologia. Uma delas é a criação de medicamentos, que possibilitou a amenização dos efeitos da patologia sobre o organismo. Este feito ocorreu graças ao progresso do conhecimento biológico que consistiu em unificar as leis da vida natural e da vida patológica.

Por outro lado, subentende que o organismo goza de um conjunto de propriedades que só pertence a si, graças às quais resistem as causas múltiplas de destruição. Em outras palavras, as reações a diferentes patógenos depende do organismo, como por exemplo, uma ferida seria mortal, caso não fosse capaz de se regenerar e o sangue de coagular.

O ter saúde e o ser doente, depende da capacidade de defesa do organismo e a luta do mesmo contra tudo o que se considera negativo, sendo prolongado pela medicina, que lhe traz o esclarecimento da ciência humana, relativo, mas indispensável. O organismo pode reagir a certos patógenos com auxílio da medicina, criada pelo próprio homem quando começou a estabelecer a relação entre a saúde e a doença.

Outro ponto importante demonstrado por Ganguilhem (2009) é com relação aos conceitos de anomalia e anormal. O primeiro é um substantivo que não corresponde, na atualidade, a nenhum adjetivo, sendo considerado o inverso de anormal.

Anomalia vem do grego anomalia, que significa desigualdade, aspereza; *omalos* designa, em grego, o que é uniforme, regular, liso; de modo que anomalia é, etimologicamente, *anomalos*, o que é desigual, rugoso, irregular, no sentido que se dá a essas palavras, ao falar de um terreno (GANGUILHEM, 2009, p. 42).

Em termos etimológicos, observa-se que anormal está associado à desigualdade, sendo um vocábulo originado do grego. Neste sentido, cabe salientar que o autor foi convicto ao afirmar que houve enganos a respeito da conceituação de anomalia em termos etimológicos, principalmente quando se fala em terreno, uma vez que este conceito está relacionado a um determinado fato, sendo, por este motivo, considerado um termo descritivo.

Ainda sobre o termo anormal implica referência a um valor normativo, porém, a troca de processos gramaticais resulta numa conclusão de sentidos relacionados à anomalia e anormal, em que o primeiro se tornou um conceito descritivo e o segundo normativo. Em suma, a anomalia deve ser conceituada como insólito, inabitável e ser anormal, neste sentido, quer dizer se afastar, por sua própria organização, da grande maioria de seres, com os quais deve ser acompanhado.

Existem, dentre desta concepção, vários tipos de anomalias que variam de leves a graves. As leves seriam aquelas que não colocam obstáculos à realização de nenhuma função e a que não produzem deformidade, como uma artéria renal dupla, por exemplo. Neste contexto, os vícios de conformação, heterotaxias e monstrosidades também são considerados anomalias, sendo estas últimas complexas.

Com relação à saúde, o autor declara que:

A saúde, considerada de modo absoluto, é um conceito normativo que define um tipo ideal de estrutura e de comportamento orgânicos; nesse sentido, é um pleonasma falar em perfeita saúde, pois a saúde é o bem orgânico. A saúde adjetivada é um conceito descritivo que define uma certa disposição e reação de um organismo individual em relação às doenças possíveis (GANGUILHEM, 2009, p. 44).

Percebe-se, pelos relatos do autor, que dois conceitos são atribuídos à saúde, onde o primeiro está relacionado ao modo absoluto, um conceito normativo que define o tipo ideal de estrutura e de comportamento orgânico, sendo este considerado um pleonasma quando se falar em perfeita saúde. O segundo está associado à sua caracterização como adjetivo, por descrever certa disposição e reação do organismo do indivíduo.

Por outro lado, a doença é prevista como um estado anormal, que, segundo Ganghilm (2009), é uma doença. Uma anomalia é enfermidade em que pessoas nascem ou se tornam enfermas, causando um estado de fragilidade e debilitação, ligados a um desvio de ordem fisiológica, como o caso da hemofilia, por exemplo, que é considerado mais uma anomalia do que uma doença, propriamente dita.

Num contexto mais amplo, uma anomalia é considerada uma mutação por estar associada a questões genéticas. Porém, não foi considerado patológico justamente por ser um

desvio, a partir de um tipo específico, definido por um grupo de caracteres mais frequente em sua dimensão média. Ou seja, o indivíduo já nasce com essa anomalia.

Subentende que, num primeiro momento, o autor afirma que as implicações lógicas de um princípio de patologia que é considerado invocado e o estado mórbido do ser vivo seria simples variações quantitativas de fenômenos fisiológicos que definem o estado normal da função correspondente. Ou seja, o estado normal do indivíduo ocorre quando seu organismo não é afetado por fatores biológicos que interferem em sua saúde.

Doença, cura e saúde também foram pontos importantes abordados por Ganguilhem (2009) que afirma que toda anormalidade apresenta caráter patológico, como as doenças genéticas, por exemplo. Neste sentido, o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma. A doença é uma norma de vida que caracteriza o indivíduo doente e sua percepção sobre sua incapacidade de realizar tarefas diárias diante das limitações impostas pela doença.

Com relação ao doente, o autor afirma que sempre são julgados em relação à situação, à qual ele reage e com os instrumentos de ação que o próprio meio lhe oferece (GANGUILHEM, 2009). O dito anormal só pode ser julgado dentro de uma relação de fatos que podem ser caracterizadas como patologia, que revela uma estrutura modificada que faz com que o homem se torne fragilizado.

No entanto, diante desta fragilidade, a busca do homem passa a ser o reestabelecimento de suas forças, considerando a resistência aos agentes patológicos, ou seja, alcançar a cura. Em termo terapêutico, “deve-se admitir que o estado de coma obtido por eletrochoque permite, depois de uma dissolução das funções neuropsíquicas, uma reconstrução que não é, necessariamente, a reparação invertida das etapas da dissolução anterior” (GANGUILHEM, 2009, p. 62).

De maneira geral, há uma exemplificação de uma situação em que se admite um tipo de terapia aplicado aos doentes mentais como forma de reestabelecer suas funções neurológicas. A cura, neste contexto, tanto pode ser interpretada como a mutação de um arranjo em outro, quanto como uma volta do doente ao seu estado inicial. A doença não pode ser considerada apenas pelo desaparecimento de uma ordem fisiológica, mas o aparecimento de uma nova vida. Ou seja, de uma nova forma de encarar a vida, de lutar por ela, buscando a cura para que assim, o corpo, as funções vitais possam voltar ao seu estado normal.

A cura, dentro desta perspectiva, pode ser considerada como uma reconstituição funcional, que satisfaça as necessidades do doente e também para o médico encarregado de

tratá-lo, adotando as corretas medidas terapêuticas para a promoção da saúde, do estado normal para o doente que, diante da doença, almeja alcançar sua estabilidade corporal.

Uma pessoa sadia, tradicionalmente, é aquela capaz de se comportar de forma ordenada. No entanto, o doente é aquele que vivência uma nova saúde diferente da anterior em que o organismo passa por modificações que, durante o processo de cura, apesar da persistência dos déficits, há transformações que causam sua desordem, fazendo com que ocorra a luta contra os sintomas típicos da doença, como a febre, por exemplo.

A doença é reconhecida como uma espécie de norma biológica, sendo consequência de um estado patológico que pode ser chamado de anormal apenas em relação a uma situação determinada. Ser sadio e ser normal não são equivalentes, uma vez que o patológico é uma espécie de normal. “Ser sadio significa não apenas ser normal em uma situação determinada, mas ser, também, normativo, nessa situação e em outras situações eventuais.” (GANGUILHEM, 2009, p. 64).

A saúde é caracterizada como a possibilidade de ultrapassar a normalidade que, dentro de uma determinada relação, pode ser momentânea, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instruir normas novas para situações novas, que podem tornar o dito normal como anormal dentro das transformações que ocorrem no organismo humano para se adaptar ao novo estado de saúde, no caso da constatação da doença.

O conceito de saúde apresenta um sentido amplo ao longo da argumentação de Ganguilhem (2009). Em um desses, a saúde é apresentada como um conjunto de segurança no presente e seguros para prevenir o futuro. Essa afirmação é importante para a compreensão sobre a saúde, uma vez que as ações de hoje, podem interferir, de forma significativa, no futuro e, por este motivo, devem ser revistas. Dessa forma, a saúde para o homem é um sentimento de segurança na vida, instaurador de normas vitais.

4 VIDA ALIENADA E RESISTÊNCIA POPULAR NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

A vida da sociedade brasileira, principalmente dos povos considerados subalternos, aqueles que vivem na periferia das principais cidades, foi e ainda continua sendo marcado pela luta pela dignidade humana, mesmo diante das diferenças sociais. Tais lutas refletem a ideia de que políticas públicas voltadas à educação, ao saneamento básico, a uma saúde de qualidade, devem ser intensificadas, principalmente nessas áreas.

Dessa forma, dentro deste cenário, torna-se essencial conhecer o modo de vida da população das principais periferias brasileiras, tendo como pressuposto a análise de pontos importantes como: formas de conhecimento adquirido pelos seus ancestrais, a visão sobre a doença e, principalmente, o desenvolvimento da educação popular brasileira.

4.1 FORMAS ANCESTRAIS DE CUIDADO COM O CORPO E EDUCAÇÃO POPULAR

Quando se fala em saúde, se fala em medidas terapêuticas que visem à amenização dos sintomas da doença que interferem, de forma significativa, no organismo humano, havendo, neste sentido, a busca pela cura. Sobre essa assertiva, no vídeo, Raízes¹⁸ “Roda de Conversa: práticas de alimentação tradicional e saúde”, aborda pontos relevantes sobre o uso tradicional forma de tratar as doenças.

O primeiro ponto relevante demonstrado no vídeo foi que as secretarias de saúde e de Estado estão se colocando à disposição de escutar, de forma qualitativa, tendo como foco a atenção e o respeito pela cultura de certos grupos populacionais, como os indígenas, os quilombolas e os sem terras, que podem trazer de informações e conhecimentos que agregam valor à questão da saúde. Cada um destes grupos apresentam uma particularidade com relação aos conhecimentos sobre medidas terapêuticas dentro de seus territórios, de como tratar a comunidade, de como ver a doença, propriamente dita e, principalmente, como cuidar do corpo, da saúde de seu povo.

A saúde também está relacionada ao cuidado com o organismo, cuidados estes, que tem sido passado de pai para filho através dos conhecimentos ancestrais. Cada grupo, tem sua percepção sobre a forma do cuidar, de como trazer saúde para sua comunidade, como por

18 O Vídeo, Roda de Conversa 2, foi transmitido no dia 7 de junho de 2021 e teve como ementa: Encontro entre os portadores dos conhecimentos de cura tradicionais para dialogar acerca dos usos de plantas, benzimentos, dentre outros, no processo de busca pela saúde. Espaço para reflexão e troca de experiências e saberes dentre os cuidadores de povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=hLvRbB6cnpq>. Acesso em: 20 jul. 2022

exemplo, a utilização de uma garrafada, que é considerada pelos quilombolas, uma medida terapêutica para práticas de saúde, com relação ao tratamento da diarreia, por exemplo, o que demonstra o conhecimento sobre como cuidar do corpo.

Na comunidade Remanescente do Quilombo da Tapera, em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, um dos integrantes que participou da pesquisa, relatou que quando as pessoas de sua comunidade ficavam doentes, utilizavam-se plantas medicinais cultivadas em seu próprio território para tratar o corpo adoecido e delas produziam os remédios necessários.

O cuidar da saúde, dentro do ponto de vista dos quilombolas, depende da união entre o entendimento popular e a medicina, uma vez que os conhecimentos dos mesmos podem contribuir, de forma significativa, para a redução do uso de algumas drogas como medicamentos, já que, em decorrência do avanço da medicina, essas substâncias tem sido cada vez mais utilizada como medida fitoterapêutica.

Percebe-se, dentro deste contexto, que a saúde, a doença e a cura, são três termos que estão interligados, relacionando-se ao estado do corpo, do organismo e sua mudança momentânea em decorrência de alguma patologia, a qual todos os seres humanos estão sujeitos a vivenciarem. Tendo em vista essa assertiva, há uma preocupação das comunidades brasileiras em cultivar ervas medicinais e levar esse conhecimento para a medicina, como forma de reduzir os efeitos da doença, sem a necessidade do uso de medicamentos feitos à base de drogas que podem causar dependência química.

Diante do uso dos métodos tradicionais, há um certo preconceito sobre o uso dos conhecimentos ancestrais para a utilização de ervas na produção de medicamentos, quando, na realidade, poderiam ser utilizados para somar juntos com aqueles industrializados pela medicina convencional devido à modernização da medicina. Aceitar os conhecimentos ancestrais sobre as ervas, se torna um desafio, principalmente devido ao aumento da tecnologia.

A doença, propriamente dita, modifica o estado do organismo, das funcionalidades do corpo. Cada grupo social, tem sua percepção sobre este conceito e de como alcançar a cura, caracterizada como a possibilidade de o corpo voltar ao seu estado normal. Os indígenas, por exemplo, se preocupam com a questão da prevenção. A cultura indígena vê a doença sob dois ângulos diferentes: o espiritual e o carnal.

No que diz respeito ao espiritual, o pajé tem grande representatividade, intervindo no sujeito considerado doente, invocando os espíritos. O uso de medicamentos não é visto apenas como cura, mas como tratamento do corpo e, neste sentido, os indígenas tinham grande preocupação em cultivar ervas medicinais, tanto para os rituais, como na cura das doenças (KOPENAWA; ALBERT, 2015). No entanto, quando o pajé não conseguia curar seus

enfermos, recorria aos médicos e enfermeiros da FUNAI, como forma de alcançar a cura e a volta do corpo ao seu estado normal.

Um ponto muito interessante exposto no vídeo foi com relação aos acampamentos dos Sem Terras, que também cultivavam ervas medicinais para a fabricação de remédios. Porém, segundo suas tradições, era a erva que deveria escolhê-lo e não eles escolher a erva. Ou seja, elas deveriam estar perto da pessoa doente, como forma de possibilitar a cura, de proporcionar melhorias para o corpo.

Nos relatos apresentados no vídeo Roda de Conversa 2, que os ensinamentos do saber tradicional dos povos étnicos são transmitidos aos seus descendentes desde a infância por um ancestral, como forma de manter seus conhecimentos sobre as ervas, para que estes sejam compartilhados com outras pessoas, podendo, dessa forma, contribuir para avanços na medicina convencional.

Antigamente, quando as pessoas ficavam doentes eram levadas para os rezadeiras, pessoas que possuíam um chamado espiritual, como forma de alcançar a cura. No entanto, na atualidade, a medicina moderna tem buscado meios alternativos para a fabricação de remédios com a utilização de algumas drogas como forma de alcançar a cura ou amenização dos sintomas.

Por outro lado, os diferentes grupos populacionais existentes no Brasil, tem buscado nas ervas, a fabricação de remédios caseiros como forma de promover melhorias ao organismo doente. No entanto, para a eficiência desses medicamentos, torna-se necessário o conhecimento sobre os mesmos, como forma de manter o equilíbrio durante a fabricação e evitar o efeito contrário, com o agravamento da doença ou até a morte.

Há, neste contexto, pessoas que criam amor por alguma profissão por se identificar com algo que desperta um cuidado especial para cada tipo, seja no emocional, espiritual ou cultural. Cada tradição tem um jeito específico de lidar com sua cultura e de ensinar aquilo que foram repassados através dos seus antepassados, que tem sempre o máximo de informações e conhecimentos do território aonde se habitam.

De maneira geral, os conhecimentos que os mais novos possuem sobre as plantas, para que servem, sua finalidade, para quais doenças podem ser utilizadas, foram adquiridos a partir dos ensinamentos dos seus ancestrais, que viam nas plantas, presentes em seu território, a chance de cura de algumas doenças, podendo utilizá-las em chás, xarope ou em reza pelos povos tradicionais brasileiros, como os indígenas, quilombolas e Sem Terras.

Cabe salientar que, antigamente, não existiam os recursos que se tem hoje diante do avanço da medicina. Então, os que os ancestrais tiveram era o conhecimento adquirido pela natureza, seu contato e vivência com as plantas, tendo que aprender para que, cada uma delas

servia e para qual doença poderia ser utilizada. Com isso, havia uma necessidade de conhecimento sobre as ervas cultivadas em seu território.

Para o tratamento das doenças, os povos étnicos brasileiro recorriam ao uso das ervas medicinais ou a rituais espirituais como forma de curar os enfermos. Porém, quando não conseguiam êxito, buscavam uma especialização médica, o que demonstra que a medicina convencional era essencial em alguns casos específicos. Ou seja, era necessário que os dois trabalhassem em conjunto para ter um amplo conhecimento e resultados.

A doença, é considerado um estado anormal do corpo em decorrência de alguma alteração no organismo devido a presença de patologias. A cura, por sua vez, seria reestabelecimento da saúde através da amenização dos sintomas. É justamente neste ponto, que as culturas tradicionais brasileiras têm se destacado por ter, como principal fonte de tratamento, as ervas.

No entanto, alguns métodos adotados pela medicina moderna têm sido duramente criticados por essas culturas, como o uso de algumas drogas para fabricação de medicamentos e falta de valorização da medicina tradicional. Em outras palavras, mesmo havendo modernização, há a necessidade de considerar as plantas como uma alternativa menos nociva ao organismo, proporcionando melhorias significativas e reduzindo os efeitos colaterais desses medicamentos.

Para Guedes, Nogueira e Camargo (2008)¹⁹ quando uma pessoa sente que está adoecendo, seu intuito é logo procurar um médico para descobrir a causa do adoecimento e tratá-la. No entanto, quando mesmo diante da realização de vários exames, não for possível identificá-la, buscam-se informações sobre as condições sociais, nas quais o paciente está inserido, como forma de compreender a situação por ela vivenciada e de que forma ela afeta sua saúde (GUEDES, NOGUEIRA; CAMARGO, 2008). Nesse contexto, o adoecimento não é causado somente por alguma casualidade física e sim pelo modo de vida que o paciente se encontra num determinado contexto social.

Para outras doenças, existem os tratamentos à base de ervas medicinais que alguns povos cultivam. Segundo Martinelli (2021) o conhecimento das plantas faz parte da história de resistência dos quilombos. As matriarcas da comunidade retiravam das matas o sustento e o remédio que necessitavam. Por este motivo, a comunidade tem lutado, ao longo dos anos, para

19 GUEDES, Carla Ribeiro; NOGUEIRA, Maria Inês; CAMARGO, Kenneth Rochel de. Os sintomas vagos e difusos em biomedicina: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 1, janeiro-fevereiro, 2008, pp. 135-144.

a preservação da riqueza de suas tradições, para que, assim, as doenças possam ser curadas com princípio ativo de base natural para amenização dos sintomas do corpo adoecido.

Outro ponto importante destacado na reportagem é que “no quilombo, o meio ambiente é casa, alimento, geração de renda e também remédio.” (MARTINELLI, 2021). Isso significa que o quilombo não representa apenas a moradia, a residências das famílias, como também o meio de obtenção de remédios, alimentos e remédio para tratamento de patologias. Tem-se, neste contexto, o reconhecimento da territorialidade, não apenas como lar, mas como o meio de produção e manutenção da saúde humana.

O nome “farmácias naturais” foi dado ao saber ancestral das erveiras que guardam e transmitem a tradição dos chás, garrafadas e benzimentos que transmite a ideia de que a religião e histórias populares fazem parte da cultura desses povos, que lutaram, ao longo dos anos, para que o poder das ervas medicinais pudessem contribuir para alcance do tratamento de patologias e, assim, fossem reconhecidas, o que ocorreu a partir de 1978.

Da mesma forma dos quilombolas, os indígenas também acreditam no poder de cura das ervas que existe em seu território, celebrado nos rituais xamânicos. No entanto, quando os brancos interferiram no ciclo natural da floresta, os indígenas começaram a lutar para defendê-la, pois além de representar seus antepassados, ofereciam-lhes ervas para o preparo de chás para curar suas doenças e os alimentos necessários para uma alimentação saudável, que era essencial para evitar o adoecimento do corpo. Dessa forma, as frutas, as hortaliças e todos os alimentos cultivados nessas terras, era fruto do trabalho da comunidade e, por este motivo, eram compartilhados entre os seus.

A terra, assim como a natureza, é considerada pelos nativos dos Brasil, como a expressão do corpo, onde o ser humano deixa de ser o centro da dominação e transformação da natureza e o meio ambiente passa a se tornar um espaço de produção cultural. Para os ameríndios a natureza é como “uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos” e por este motivo, ela se torna uma unidade comum a todos os corpos (VIEIRA, 2018).

Na luta pela terra, com perspectivas revolucionárias, o modo de vida camponês é agroecológico e tem por base importantes pontos: nutrição e segurança alimentar e nutricional, riscos e agravos associados ao uso de agrotóxicos e promoção da saúde e, por último, discussões voltadas à educação, comunicação e arte (SOARES; OLIVEIRA; MORAES, 2022). Considerar esses fatores se torna essencial para o desenvolvimento de uma alimentação saudável, sem o uso de agrotóxicos durante o cultivo, reconhecimento do valor nutricional e alimentar desses alimentos, como forma de proporcionar a saúde coletiva da população.

A agroecologia na área da saúde é entendida como um campo de estudos que buscam compreender a construção do espaço geográfico reservado para o cultivo de alimentos saudáveis com alto potencial de contribuir para a promoção da saúde no Brasil. (SOARES; OLIVEIRA; MORAES, 2022).

A agroecologia é considerada por Vieira (2018) como um enriquecimento cultural, justamente por representar uma relação entre os sujeitos, cultura e natureza, que não se separam, vivendo em uma completa “simbiose”. No entanto, na cultura ocidental moderna, a modernização produziu a separação entre a Cultura e a Natureza.

Nessa perspectiva, a agroecologia apresenta como base a sustentabilidade dos cultivos e boas práticas de conservação do solo e do meio ambiente, com a implantação de uma cultura diversificada. Por outro lado, a adoção da monocultura faz com que, ao longo do tempo, ocorra a degradação do solo e condições favoráveis ao surgimento de pragas, doenças e empobrecimento do solo.

Nesta relação do que seria um cultivo que respeite a terra e a natureza e aquela que vai contra todas as ações benéficas à natureza, observa-se que Vieira (2018, p. 97) é categórica em afirmar que “essa interação faz do meio ambiente o espaço de produção da experiência, é por meio dele que essa interação se faz possível e, ao mesmo tempo, é ele que sofre as consequências dessa interação.”. Outro ponto importante que deve ser considerado é com relação ao modo de vida emancipado, corpo livre e criativo. Neste aspecto, entende-se que a terra simboliza o corpo dos indígenas, e por este motivo, a agroecologia seria uma forma de manter o corpo saudável, evitando práticas que possam destruir a terra, como o uso de agrotóxicos, por exemplo.

Nesse sentido, entende-se que romper com a vida opressora, com a dominação do capitalismo, é compreender a sabedoria dos povos originários brasileiros, que trazem grandes conhecimentos que podem contribuir para a manutenção da saúde da humanidade, tanto no que se refere ao uso de ervas medicinais, quanto à forma como tratam a terra para o cultivo de ervas, hortaliças, legumes, frutas, sem o uso de substâncias nocivas aos seres humanos.

A humanidade vive em prol do progresso, da descoberta de fontes lucrativas para a economia e, em muitos casos, não levam em consideração as consequências que podem ocasionar aos povos nativos. Dentre elas, destacam-se a violência, a desnutrição e a morte tanto dos corpos quanto da terra. Os povos indígenas são os que mais têm sofrido com o descaso das políticas públicas brasileiras, que buscam apenas tratar a patologia, sem considerar a questão da prevenção.

Cólon e Jemmings (2023)²⁰ publicaram uma reportagem que relatou a situação de emergência nas terras Yanomami, visibilizada em janeiro de 2023, resultado da política de extermínio dos povos originários brasileiros, que se institucionalizou nos últimos quatro anos, no governo Bolsonaro, “declaradamente anti-indígena”. Aproximadamente 570 crianças morreram por desnutrição e negligência do setor público. Cabe salientar que os agentes de saúde da FUNAI davam assistência, porém, sob péssimas condições.

Ainda de acordo com a reportagem, dois fatores marcaram a vida dos indígenas: o modelo de medicina moderna, caracterizado pelas desigualdades e afinado com a lógica do capitalismo predatório onde a saúde é tratada como uma mercadoria padronizada e individualizada e a invasão do território dos *yanomamis* por garimpeiros, chamados por Kopenawa de “o povo da mercadoria”, que contaminam as águas, causando a morte de crianças e também de sua cultura.

Em outra reportagem, publicada por Ferreira (2023)²¹, o foco é que o garimpo ilegal provoca a contaminação dos alimentos, das plantas, dos rios, dos animais, havendo a necessidade de uma intervenção maior por parte da saúde pública brasileira que atua onde a medicina *yanomami* não consegue atuar.

É necessário que as políticas públicas de saúde alcancem as aldeias para tratar das doenças que foram adquiridas através da poluição e destruição do meio ambiente. Antigamente, o povo tinha uma vida saudável e através da medicina tradicional conseguiam se cuidar e se curar de algumas doenças, de que eles tinham conhecimento. Porém, na atualidade, devido ao surgimento de novas doenças os indígenas passaram a necessitar de suporte médico da medicina convencional e suas tecnologias para tratar patologias que eles desconhecem. No entanto, é preciso que as políticas públicas de saúde também estejam voltadas à preservação cultural, diferenciando a concepção de saúde e cuidado, sem produzir sobre os corpos e os territórios formas de institucionalização que também representaria destruição.

De maneira geral, para se romper com o modo de vida opressor da sociedade diante do capitalismo, que apresenta como principal foco a produção e a acumulação de riquezas, há uma resistência dos *yanomamis* com relação à dominação humana sobre os recursos naturais da floresta. Para eles, é importante que se adquira um olhar sobre a cultura dos povos, não apenas

20 COLON, Marcos; JEMMINGS, Erik. **Quando a saúde faz parte da aldeia**. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/quando-saude-faz-parte-da-aldeia/>. Acesso em: 7 fev. 2023

21 FERREIRA, Marcelo. **Violência e desnutrição: os impactos do garimpo na saúde dos indígenas e trabalhadores**. Brasil de Fato, Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/01/24/violencia-e-desnutricao-os-impactos-do-garimpo-na-saude-de-indigenas-e-trabalhadores>. Acesso em: 7 fev. 2023

em um determinado momento, como em toda sua forma de vida, de entendimento sobre o que seria manter o corpo saudável em uma sociedade que vive em prol das riquezas, do capital.

Romper com a vida opressora é entender a sabedoria dos grupos étnicos brasileiros que trazem na formação, uma série de conhecimentos que poderiam contribuir, de forma significativa, para a manutenção da saúde da humanidade, não só no que se refere ao conhecimento das propriedades medicinais e nutricionais dos alimentos e das ervas, como também da forma como cultivam a terra e a mantêm saudável.

Tem-se também que, neste contexto, romper com as formas de dominação do corpo que adocece é praticar formas de resistência e crítica radical do capitalismo, fundamentalmente buscando a ruptura com as experiências de dominação que afetam o corpo e o adoecem.

4.2 REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE SAÚDE E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO POPULAR

A experiência da educação popular brasileira tem sido uma temática debatida há várias décadas e vários educadores se destacaram por apresentarem argumentos que contribuiriam para a reflexão sobre este tema. Dentre eles destacam-se Vitor Valla e Paulo Freire que, embora não estejam mais vivos, deixaram um legado de informações que levaram muitos estudantes a desenvolverem um pensamento crítico sobre a educação.

Tavares (2009)²² afirma que Victor Valla foi um grande pesquisador e intelectual que compreendeu a necessidade do desenvolvimento de uma educação libertadora, em que os ensinamentos não se concentram apenas nas informações presentes nos livros e sim na aproximação da realidade social.

A educação deve ser desenvolvida tendo em mente o estabelecimento de uma relação entre as universidades e comunidades para que possam ter um olhar mais abrangente e o que se ensina na teoria acadêmica possa, de fato, estar relacionado criticamente com a prática da vida social, sobretudo das massas diretamente afetadas pelas catástrofes do sistema capitalista (TAVARES, 2009).

Entende-se que a experiência social, em diferentes contextos culturais, produz um conhecimento que ultrapassa as limitações de uma instituição, de uma sala de aula, que contribui para a área da saúde em seus conhecimentos específicos e habilidades costumeiras. E mesmo com todas essas experiências e aprendizado, o saber popular é subalternizado, por ter

22 TAVARES, Maria Tereza Goudart. A contribuição de Victor Valla ao pensamento da educação popular. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 42 set./dez. 2009

sido produzido fora dos contextos institucionais, tendo sido aprendido pela observação e vivência em comunidade. É preciso que se produza a complementação dialética das duas formas de conhecimento, de maneira que possam, tanto para a academia quanto para a vida comunitária, produzirem as bases de uma sociedade emancipada.

Valla (1996) destaca, ao longo do seu trabalho, a dificuldade de compreensão sobre o que as lideranças populares dizem. Há, nesse contexto, o que se chama de crise de interpretação dos profissionais ou mediadores, sobre o que a classe subalterna quer dizer, falar, reivindicar. Um exemplo clássico é com relação à diferença entre “previsão” e “provisão”. A primeira é especificada pela necessidade de políticas públicas que tendem a prever possíveis problemas sociais, como por exemplo, saneamento básico. A segunda diz respeito a considerar os acontecimentos que atingem diretamente a sociedade, como a miséria, a fome, havendo uma necessidade imediata de intervenção.

As relações sociais opressivas estão marcadas pela resistência aos fatores que podem interferir no seu bem-estar, no sustento de seus familiares, na busca por direitos a uma educação e saúde de qualidade que venha atender as reais necessidades da classe subalterna e não somente trabalhar com a questão da prevenção, como é feito pelo trabalho dos agentes comunitários.

Outro importante pensador que contribuiu para a reflexão sobre a educação popular brasileira foi Paulo Freire que, segundo Silva, Campos e Fonseca (2011)²³, considerou a cidade como um espaço político-educativo, tendo por base os acontecimentos políticos da década de 1980, tais como a Conferência Nacional dos Trabalhadores, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a pedagogia da esperança, onde a polis seria o palco de acontecimentos educativos da sociedade. Ou seja, a aprendizagem deve focar no desenvolvimento da democracia (SILVA; CAMPOS; FONSECA, 2011).

Paulo Freire relacionava a linguagem como o caminho da expressão da cidadania, como uma das questões centrais da educação popular. O autor completa ainda que a educação, neste sentido, não é aquela ensinada na escola tradicional em que o professor, na sala de aula, explica um conteúdo programado e sim aquela desenvolvida no momento em que alguém transmite seus conhecimentos para os mais novos, tendo em vista sua tradição e os ensinamentos dos seus ancestrais (BRANDÃO, 1986).

23 SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da; CAMPOS, Marília Lopes de; FONSECA, Lana Claudia de Souza. Caminhos Onde Reencontramos Paulo Freire: a Educação Popular na Cidade. **Revista Contexto e Educação**, ano: 26, n° 85, já. / jun. 2011.

Segundo Valla (2000)²⁴, a forma como as classes subalternas veem a saúde é diferente do ponto de vista do governo, como por exemplo: a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) afirma que 80% da população de uma determinada periferia são abastecidas com água. No entanto, do ponto de vista popular, a situação é outra: a água cai de oito em oito dias e a maioria da população não é reabastecida.

Porém, o que se observa, dentro do contexto de Valla (2000) é que a comunidade sofre com o descaso das políticas públicas, que muitas vezes só aparece em algum momento específico da comunidade. No entanto, tais políticas só supririam as necessidades se procurassem conhecer a realidade da população, uma vez que somente ela sabe a realidade dos fatos, os pontos que precisariam de intervenção.

É justamente neste ponto que Bornstein e Stotz (2008)²⁵ elaborou um estudo sobre a mediação dos profissionais que atuaram no Programa de Saúde da Família, os Agentes de Saúde, junto às famílias, não somente sob o ponto de vista tecnocientífico como também do conhecimento popular. Os autores destacam os profissionais dotados de conhecimento científico que atuam junto às famílias em caráter preventivo, avaliando os fatores sanitários a fim de estabelecerem metas de melhorias para a população. No entanto, enfatizam que essa atuação deve ter um ponto de vista a escuta das famílias, da população das periferias, das favelas brasileiras (BORNSTEIN; STOTZ, 2008).

Os autores explicam a função da educação da mediação sobre duas perspectivas: científica e crítica. No que se refere à primeira, entende-se que o conhecimento científico é capaz de refletir a realidade de maneira mais fidedigna que o senso comum, em que a educação se processa de forma mais vertical, atribuindo ao profissional de saúde o papel de “representante” deste tipo de conhecimento. Por outro lado, sob o ponto de vista crítico, a produção do conhecimento não está condicionada ao agente de saúde, e sim ao conhecimento prévio do contexto sociocultural específico da socialidade. As informações, neste contexto, são refletidas sobre a lógica dos diferentes saberes populares, justamente por entenderem que só entende a real situação, quem a vivencia (BORNSTEIN; STOTZ, 2008).

Ainda segundo os autores, foi a partir das lutas da classe trabalhadora e dos técnicos de saúde que direitos sociais e a ampliação das políticas de assistência social foram conquistadas. Movimentos como greves, por exemplo, tiveram como intuito reivindicar direitos como: acesso

24 VALLA, Vitor Vicent. **Educação e Saúde do ponto de vista popular**. DP&A Editora, 2000.

25 BORNSTEIN, Vera Joana; STOTZ, Eduardo Navarro. **O trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde: entre a mediação conservadora e a transformadora**. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2008.

à saúde de qualidade, por condições de trabalho, por educação, moradia (BORNSTEIN; STOTZ, 2008).

No Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, percebeu-se que uma das dificuldades enfrentadas pela população com relação à saúde, era o parecer médico. Ou seja, a forma como o diagnóstico era transmitido, em muitos casos, não era compreendido pelos pacientes que buscavam saná-las com os agentes de saúde.

Tem 'n' vezes que a gente chega no consultório, o cara fala um monte de coisas que a gente não entende, sai de lá não entendendo nada do que você tem. E eu acho que por trás disso também tem um discurso, né? Tá implícito aí que o cara tá dizendo que você não entende nada, por isso ele não te falou de um outro jeito. (BORNSTEIN; STOTZ, 2008, p. 35).

Os autores descrevem um posicionamento do profissional de saúde com relação à falta de entendimento da população sobre a linguagem científica transmitida pelos médicos diante do diagnóstico. Neste sentido, frisa-se a importância do conhecimento científico destes profissionais para sua atuação junto à comunidade, desenvolvendo um olhar sob o ponto de vista popular, que, apesar de um vasto conhecimento sobre os problemas, desconhecem os termos científicos. Daí a necessidade de desenvolver uma construção do conhecimento compartilhada.

Carvalho, Acioli e Stotz (2001)²⁶ abordam sobre o processo de construção compartilhada do conhecimento que é definida como uma metodologia desenvolvida na prática de educação e saúde que considera a experiência cotidiana dos atores envolvidos e tem como finalidade a conquista, pelos indivíduos e grupos populares, de maior poder de intervenção nas relações sociais que influenciam na qualidade de suas vidas.

A proposta da construção compartilhada, desenvolvida pelo Núcleo de Educação, Saúde e Cidadania da Escola de Saúde Pública, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz, que acontecia na década de 1990, no Rio de Janeiro, apresentou como principal intuito a investigação científica sob o ponto de vista popular, tendo em vista as características particulares do conhecimento sobre saúde e doença.

De acordo com a proposta, o conhecimento científico do ponto de vista popular, é baseado no senso comum que, dentro desta perspectiva, abrange a opinião sobre fatos relevantes com relação à doença e saúde e esses conhecimentos devem ser compartilhados para que se compreendam as reivindicações populares e a forma como se expressam para buscarem seus direitos com relação à educação e saúde.

26 CARVALHO, Maria Alice de P.; ACIOLI, Sônia; STOTZ, Eduardo Navarro. **O processo de construção compartilhada do conhecimento**: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. São Paulo, Hucitec, 2001.

O processo de construção compartilhada do conhecimento relacionado à educação e saúde envolve tanto questões de caráter social, político, histórico e econômico, como aspectos de ordem pedagógico, metodológico e comunicacional, em que deve se considerar que a ideia do senso comum é a própria opinião, ou seja, “formas de conhecimento que precisaríamos romper para tornar possível o conhecimento científico.” (CARVALHO; ACIOLI; STOTZ, 2001, p. 103).

Neste sentido, o conhecimento compartilhado em saúde, na década de 1990, apresentou três objetivos: compreender o papel das organizações locais da sociedade civil na formulação da política de saúde; compreender as representações de saúde dos diferentes grupos da sociedade civil que demandam esse bem social e oferecer subsídios às organizações civis no tocante às suas reivindicações no campo da saúde. Tais objetivos consideraram tanto as experiências populares, quanto científicas.

Todas as informações concernentes à educação compartilhada com ênfase no saber popular foram desenvolvidas numa época em que era necessário compreender as reivindicações das classes subalternizadas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro para que houvesse um melhor direcionamento das políticas públicas. No entanto, era necessário o desenvolvimento da comunicação, da compreensão sobre a forma das massas se expressarem para reivindicá-las.

O pressuposto adotado era de que a população precisava ver alguns conhecimentos para crescer em autonomia e iniciativa na reivindicação e fiscalização dos serviços oferecidos pelo poder público e que estes conhecimentos eram de domínio dos profissionais de saúde (CARVALHO; ACIOLI; STOTZ, 2001, p. 107).

Neste sentido, nota-se que os profissionais de saúde precisavam estar comprometidos com os movimentos populares, para que assim possam atender as necessidades de formação técnica da população organizada na busca por controlar seu próprio destino. Ou seja, para o desenvolvimento de reivindicações de seus direitos, era necessário conhecimento sobre os tais e como se expressar para concretizá-los.

Stotz (2005)²⁷ afirma que estes mesmos profissionais encontram dificuldade de admitir que são condicionados pelos objetivos dos grupos ou classes dominantes que não coincidem com a sua função precípua. Em outras palavras, a luta contra as doenças e a garantia do máximo nível de saúde são realizadas tendo como foco o lucro e a exploração máxima da força de trabalho, o que implica para a vida social, ocasionando individualismo, estresse, consumo desenfreado, violência.

27 STOTZ, Eduardo Navarro. A Educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Trabalho, Educação e Saúde**, b. 3, n. 1, Rio de Janeiro, 2005.

A Educação Popular em Saúde, segundo o autor, não pode ser entendida como um campo técnico-científico e sim como um movimento social singular composto por vários profissionais que se comprometem a participar e ampliar os esforços de emancipação das camadas trabalhadoras do povo brasileiro, que levam em consideração as diferentes visões sobre o mundo, sobre os problemas que cercam a sociedade (STOTZ, 2005).

Tem-se, neste contexto, uma abordagem freiriana da educação, que apresenta como pressuposto, uma educação libertadora, que leva em consideração o saber popular e sua forma de rompimento com a dominação do capitalismo, do poder público e sua visão tecnocientífica sobre a saúde (STOTZ, 2005). Ou seja, o conhecimento deve ser desenvolvido de forma mútua, através de informações passadas pela própria comunidade.

Durante a década de 1970, o país mergulhava em sérios problemas relacionados à saúde da população, com o avanço de quadro de meningite, endemias de tuberculose, dentre outras que tornava a situação caótica. Além disso, quanto mais o capitalismo maduro avançava, maior se tornava a questão da miséria e da forma vivenciada pela população. Pensando nisso, foram criadas políticas públicas que tiveram como base a diminuição da pobreza absoluta e a extensão da previdência social (STOTZ, 2005).

Neste contexto, a Medicina Comunitária entrou como forma de desenvolver ações assistenciais de modo simplificado, tendo como principal foco a identificação entre a comunidade e sociedade no nível do espaço geográfico. Ou seja, desenvolver diagnósticos a partir da articulação entre sociedade e ambiente, no qual se vive e a participação da comunidade se torna essencial para desenvolvimento de diagnósticos, tanto individual quanto coletivo.

Entende-se que, neste processo, a educação popular em saúde apresenta como foco o desenvolvimento de uma articulação entre o conhecimento científico e a análise do espaço geográfico, no qual a sociedade está inserida, o que permite compreender a real situação da população dentro de sua comunidade e os motivos que levaram ao adoecimento dos mesmos. A saúde passou a considerar, sobretudo, o saber popular sobre suas reais situações e os pontos que precisam de melhorias por parte das políticas públicas.

Stotz (2006)²⁸ conceitua Educação e Saúde como sendo “uma área de saber técnico, uma organização dos conhecimentos das ciências sociais e da saúde voltada para ‘instrumentalizar’ o controle dos doentes pelos serviços e a prevenção de doenças pelas

28 STOTZ, Eduardo Navarro. **Enfoque sobre a Educação e Saúde**. 2006. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/_uploads/documentos-pessoais/documento-pessoal_10993.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023

peessoas.”. Ou seja, consideram o saber científico para compreender o adoecimento individual e coletivo da sociedade.

Pressupõe que, dentro desta concepção, não considerar a Educação Popular em Saúde traz grandes consequências para as políticas públicas sanitárias, como por exemplo, a fragmentação de programas e campanhas focalizadas em apenas um problema, quando se deve considerar os sinais individuais e coletivos do sofrimento (STOTZ, 2006). Tal entendimento dá-se como uma mediação transformadora.

O saber popular dos principais grupos étnicos brasileiros também deve ser considerado quando o assunto é compreender a importância da população na questão da saúde, do tratamento de doenças que podem ser tratadas com medicamentos feitos à base de ervas medicinais. Martinelli (2021)²⁹ em uma reportagem exibida pela Revista Veja em 2021, conta a história de uma funcionária pública que se casou com um quilombola e fez do quilombo sua moradia e, desde então, passou a ser responsável pela preservação da farmácia Vida das Erveiras, onde mulheres conhecedoras de plantas medicinais que há gerações cuidam da saúde e do meio ambiente das comunidades.

Valla (2001)³⁰ afirma que na América Latina, o meio social aonde a classe popular está inserida, acaba sendo um ambiente que tem feito com o número de pessoas com sofrimentos difusos cresçam consideravelmente, por causa da falta de recursos financeiros e culturais com que sofrem uma determinada população. O autor salienta ainda que, as causas do adoecimento da sociedade não estão relacionadas apenas com condições biológicas, como também ao estresse ocasionado pelos problemas sociais, como pobreza, longas jornadas de trabalho, dentre outros, que causam traumas, medos e conflitos que afetam o psicológico do cidadão.

Para Oliveira (2003)³¹ há uma necessidade de se compreender como se constrói o conhecimento na Educação Popular em saúde a partir do estudo da relação entre profissionais e população dentro do contexto das práticas de educação nos serviços de saúde no Brasil, que, ao longo dos anos, buscam desenvolver ações voltados para a atenção à família. O autor, em sua contextualização, faz uma crítica sobre a visão tradicional da educação em saúde no país, que se limitava à prescrição de comportamentos individuais adequados à obtenção da boa saúde. Com base nesta concepção, as camadas populares seriam as principais culpadas por seu

29 MARTINELLI, Flávia. **Erveira do Cafundó resgata saberes medicinais na comunidade quilombola**. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/mulherias/2021/04/18/erveira-do-quilombo-cafundo-resgata-saberes-medicinais-em-farmacia-natural.htm>. Acesso em: 17 ago. 2022

30 VALLA, Victor Vicent. **O que a saúde tem a ver com a religião?** DP&A Editora, São Paulo, 2001.

31 OLIVEIRA, Rosely Magalhães de. A construção do conhecimento nas práticas de educação em saúde: repensando a relação entre profissionais dos serviços e a população. **Revista Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, p. 22-45, jul./dez. 2003

adoecimento e morte devido à carência de informação sobre as doenças (OLIVEIRA, 2003). No entanto, esta visão é considerada fora dos padrões éticos defendidos a partir de uma educação libertadora da saúde, conforme descrito por Valla (2001) de que a construção do saber deve se desenvolver de forma mútua, a partir da troca de conhecimento.

Segundo Oliveira (2003, p. 34):

Os profissionais de educação e saúde, ligados às correntes da educação popular em saúde, com as quais o grupo se identificava, apontavam que os cidadãos integrantes dos movimentos populares, geralmente tinham um bom lastro de formação política, mas necessitavam de informações técnicas.

Percebe-se que a educação popular em saúde tem por base a experiência de resistência vivenciada diariamente, relacionada tanto às questões políticas quanto à preservação da saúde. Por este motivo, a ruptura com as formas de dominação que adoecem requer a ampliação do conhecimento dos profissionais de saúde baseado no saber popular e nas memórias ancestrais de cuidado com o corpo e com o território comunitário, territorialidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização deste estudo, foi possível analisar a importância da Educação Popular e saúde como forma de construção da consciência crítica do indivíduo em relação a aspectos relacionados à saúde, ao corpo adoecido, às medidas terapêuticas que podem contribuir para o retorno do seu estado normal, os conhecimentos ancestrais sobre a medicina convencional, o conhecimento da população sobre o adoecimento e o rompimento com as formas que adoecem propiciadas pelo capitalismo.

Foi demonstrado, em primeira instância, que os saberes ancestrais indígenas, particularmente dos yanomamis, apresentam como foco principal a valorização das palavras não escritas e sim expressadas como forma de transmissão oral de conhecimento cultural. A escolha dos nomes possuía um determinado significado; as tradições indígenas sobre o cultivo, a preservação dos elementos das florestas, da terra e da saúde eram passadas para as gerações futuras, como forma de preservar seus rituais e seu modo de vida.

No entanto, diante da invasão dos garimpeiros, chamados pelos indígenas como o “povo da mercadoria” (KOPENAWA, 2015), a saúde e a manutenção da cultura destes povos foi destruída devido ao surgimento de doenças desconhecidas por eles e a morte tanto do corpo quanto da floresta, uma vez que a saúde estava relacionada ao tratamento da terra, do meio ambiente, das florestas, violadas pelo lucro. Refletiu-se também sobre o aprofundamento das formas de dominação e exploração capitalista que produzem o adoecimento da população e a capitalização dos serviços de saúde, que também foram reduzidos à mercadoria.

Com relação à educação popular brasileira, entende-se que seja aquela feita com os oprimidos, com as classes populares, de uma forma libertadora, promovendo novas relações sociais, reconhecendo as condições de vida, atuando a partir da realidade, promovendo e organizando redes de apoio social que são fundamentais para o fortalecimento dos saberes das classes populares e a construção democrática e compartilhada do conhecimento.

A saúde, na educação popular, abrange o conhecimento dos yanomamis e quilombolas, por exemplo, sobre suas tradições no cuidado com o corpo, como o preparo de ervas medicinais e o manejo do cultivo sem agravos à terra e à saúde humana. No entanto, esta, por si só, não garante que todas as patologias possam ser tratadas. Existem algumas que necessitam de tecnologias da medicina tradicional, o que indica a necessidade de uma complementação entre o que ambas formas de cuidados têm de melhor.

Assim, espera-se que as informações contidas neste estudo possam ampliar o conhecimento dos futuros leitores sobre a importância de se preservar a cultura dos principais

grupos étnicos brasileiros, visto que são dotados de profundos e vastos conhecimentos sobre o poder da medicina ancestral e de como preservar a vida na Terra, produzindo o corpo livre de experiências que adoecem e impulsionado pela criatividade revolucionária.

REFERÊNCIAS

BARATA, Rita Barradas, BRICEÑO-LEÓN, Roberto, orgs. **Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. 376 p. Available from SciELO Books.

BENITIS, Sandra. **Viver na língua guarani nhandewa (mulher falando)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BORNSTEIN, Vera Joana; STOTZ, Eduardo Navarro. **O trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde: entre a mediação conservadora e a transformadora**. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, 2008.

BRANDÃO, Carlos R. **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-10

CARVALHO, Maria Alice de P.; ACIOLI, Sônia; STOTZ, Eduardo Navarro. **O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular**. São Paulo, Hucitec, 2001.

COLON, Marcos; JEMMINGS, Erik. **Quando a saúde faz parte da aldeia**. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/quando-saude-faz-parte-da-aldeia/>. Acesso em: 7 fev. 2023

FAUSTO, Carlos; SETTE, Leonardo; KUIKURO, Takumã. **As Hipes mulheres**. 2012. Disponível em: <https://ayalaboratorio.com/2018/08/17/as-hiper-mulheres/>. Acesso em: 24 de maio de 2022

FERREIRA, Marcelo. **Violência e desnutrição: os impactos do garimpo na saúde dos indígenas e trabalhadores**. Brasil de Fato, Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/01/24/violencia-e-desnutricao-os-impactos-do-garimpo-na-saude-de-indigenas-e-trabalhadores>. Acesso em: 7 fev. 2023

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Florense Universitária, 6ª edição, 2ª reimpressão, 2009.

GARCIA, Regina Leite; VALLA, Victor V. **A fala dos Excluídos**. Cadernos CEDES, Editora Papyrus, 2000.

GUEDES, Carla Ribeiro; NOGUEIRA, Maria Inês; CAMARGO, Kenneth Rochel de. Os sintomas vagos e difusos em biomedicina: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, janeiro-fevereiro, 2008, pp. 135-144.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. 1ª Edição, Artes Gráficas, Lisboa, Portugal, 2006

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Amazônia**. Companhia das Letras, 2015, p. 63-131.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**: Máquina de fazer coisas. Companhia das Letras, 2020.

MARX, Kal. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Boitempo, 2011.

MARTINELLI, Flávia. **Erveira do Cafundó resgata saberes medicinais na comunidade quilombola**. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/mulherias/2021/04/18/erveira-do-quilombo-cafundo-resgata-saberes-medicinais-em-farmacia-natural.htm>. Acesso em: 17 ago. 2022

OLIVEIRA, Rosely Magalhães de. A construção do conhecimento nas práticas de educação em saúde: repensando a relação entre profissionais dos serviços e a população. **Revista Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, p. 22-45, jul./dez. 2003

RAÍZES-RJ: **Roda de Conversa 2**. Práticas de alimentação tradicional e saúde. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=hLvRbB6cnpg>. Acesso em: 20 jul. 2022

SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da; CAMPOS, Marília Lopes de; FONSECA, Lana Claudia de Souza. Caminhos Onde Reencontramos Paulo Freire: a Educação Popular na Cidade. **Revista Contexto e Educação**, ano: 26, nº 85, já. / jun. 2011.

SOARES, Lorena Portela; OLIVEIRA, Rosely Magalhães de; MORAIS, Danielle Ribeiro de. Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia. **Saúde e Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, Nº Especial, jun. 2022.

STOTZ, Eduardo Navarro. A Educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Trabalho, Educação e Saúde**, b. 3, n. 1, Rio de Janeiro, 2005.

STOTZ, Eduardo Navarro. **Enfoque sobre a Educação e Saúde**. 2006. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/_uploads/documentos-pessoais/documento-pessoal_10993.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023

TAVARES, Maria Tereza Goudart. A contribuição de Victor Valla ao pensamento da educação popular. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 42 set./dez. 2009

VALLA, Vitor. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender as classes subalternas. **Educação & Realidade**, n. 21, v. 2, 1996.

VALLA, Victor Vicent. **O que a saúde tem a ver com a religião?** DP&A Editora, São Paulo, 2001

WHEEN, Francis. **O capital de Marx**: uma biografia. Edição brasileira. Rio de Janeiro, 2007.